



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SOCIOECONÔMICO  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

CHRISTIANE DOS SANTOS LUCIANO

**O DEBATE SOBRE GÊNERO E FEMINISMO NO SERVIÇO SOCIAL  
BRASILEIRO: uma análise a partir da produção científica da categoria**

Florianópolis

2019

CHRISTIANE DOS SANTOS LUCIANO

**O DEBATE SOBRE GÊNERO E FEMINISMO NO SERVIÇO SOCIAL  
BRASILEIRO: uma análise a partir da produção científica da categoria**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social, da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientador: Prof. Dr. Jaime Hillesheim.

Florianópolis

2019

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

dos Santos Luciano, Christiane

O DEBATE SOBRE GÊNERO E FEMINISMO NO SERVIÇO SOCIAL  
BRASILEIRO : uma análise a partir da produção científica da  
categoria / Christiane dos Santos Luciano ; orientador,  
Jaime Hillesheim , 2019.

67 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -  
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio  
Econômico, Graduação em Serviço Social, Florianópolis, 2019.

Inclui referências.

1. Serviço Social. 2. Gênero. 3. Feminismo. 4. Serviço  
Social. I. , Jaime Hillesheim. II. Universidade Federal de  
Santa Catarina. Graduação em Serviço Social. III. Título.

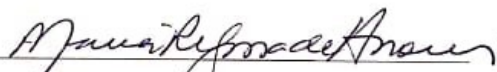
CHRISTIANE DOS SANTOS LUCIANO

**O DEBATE SOBRE GÊNERO E FEMINISMO NO SERVIÇO SOCIAL  
BRAISLEIRO: uma análise a partir da produção científica da categoria**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, defendido e aprovado em Banca Examinadora, no mês de junho de 2019, composta pelos seguintes integrantes:



Prof. Dr. Jane Hillesheim  
Docente DSS UFSC  
Orientador



Prof.ª Dr.ª Maria Regina de Ávila Moreira  
Docente DSS UFSC  
1ª Examinadora



Maria Cecília Olivio  
Assistente Social da Prefeitura de Florianópolis / Doutoranda em Serviço Social UFSC  
2ª Examinadora

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha família, meu pai Edgar Luciano, minha mãe Terezinha Fidelis dos Santos Luciano e minha irmã Daniela dos Santos Luciano pelo apoio durante minha graduação.

Ao meu companheiro Frederico Maragno Reinheimer e a sua família pelo suporte, especialmente no período de elaboração deste Trabalho de Conclusão de Curso.

Aos professores e professoras que tive durante o curso, em especial Maria Regina de Avila Moreira e Eliete Cibele Cipriano Vaz, com quem tive o prazer de realizar monitoria acadêmica durante quatro semestres de muito aprendizado. Agradeço ainda a Beatriz Augusto de Paiva, Luziele Maria de Souza Tapajós, Maria Teresa dos Santos, Marisa Camargo, Sirlândia Schappo, Tânia Regina Krüger, Ana Maria Baima Cartaxo, Yasmin Calmet Ipince, Samira Safadi Bastos e Hélder Boska de Moraes Sarmento.

Às minhas supervisoras de estágio curricular obrigatório, Tayana Maciel Neves de Oliveira (de campo) e Carla Rosane Bressan e Sirlândia Schappo (acadêmicas), por todo aprendizado nesse período crucial para minha formação profissional.

Ao Núcleo de Estudos em Serviço Social e Organização Popular (NESSOP), do qual pude participar como bolsista de extensão universitária por um semestre e aprofundar minha formação e contato com os movimentos populares.

Ao Projeto de Extensão Faladeiras, através do qual conheci diversas mulheres incríveis que me são inspiração e renovam minhas forças para lutar por um mundo no qual todas nós sejamos livres. Menciono em especial Maria Cecilia Olivio, Ingrid de Cássia Oliveira, Débora Zanghelini, Cynthia Luiza Ribeiro do Amaral, Jaina da Conceição Goes e Maria Júlia Castro Januário. Foi graças aos nossos encontros para estudo e discussão de textos feministas nas sextas-feiras à noite que fui capaz de desenvolver cada uma das reflexões presentes neste trabalho.

À Professora Dilceane Carraro, por todo apoio durante o curso, especialmente no período em que realizei intercâmbio acadêmico.

Ao meu professor e orientador deste trabalho, Jaime Hillesheim, pela paciência com as muitas mudanças de tema e pelo incentivo que foi determinante para que esta pesquisa pudesse ser realizada.

Aos meus amigos e amigas que amo e admiro e que sempre me deram força para não desistir dos meus sonhos, Maiara Carbonera, Adryane Chamorra Miranda, Franciele Guarienti, Larissa Moraes, Jessica Luisa Melo, Aline Andolfatto, Sabrina Restellato, Breno

Luiz Fiorentin, Giovanni Buffon, Camila Reina, Jessica Batista, Marina Brum Oliveira e Patrícia Abreu.

A Elisa Ferreira, minha psicóloga e companheira de luta, mulher que admiro.

Por fim, mas não menos importante, agradeço a todos e todas camaradas e companheiros(as) de luta com quem pude militar lado a lado nestes cinco anos e meio. Em especial ao Centro Acadêmico Livre de Serviço Social (CALISS) por ser o primeiro espaço do movimento estudantil com o qual tive aproximação, ao Movimento por uma Universidade Popular (MUP), à Juventude Comunista Avançando (JCA) e ao Polo Comunista Luiz Carlos Prestes (PCLCP). Em tempos de barbárie, não nos resta outra escolha a não ser dedicar nossa vida à construção de uma sociedade livre de exploração de classe, gênero/sexo e raça/etnia. Na luta feminista e comunista encontrei sentido à minha existência em meio a uma sociedade desumanizante.

**Que o Patriarcado, o Racismo e o Capitalismo caiam juntos!**

## RESUMO

O presente trabalho teve por objetivo identificar as principais tendências e divergências acerca do debate de gênero e feminismo no serviço social brasileiro, visando contribuir para o levantamento sobre o Estado da Arte da discussão na categoria. A fim de alcançar este objetivo, realizou-se levantamento dos programas de pós-graduação em serviço social, política social e/ou políticas públicas do país. Em seguida, foram identificados os periódicos científicos vinculados a estes programas e levantados os artigos publicados nestes periódicos indexados sob os descritores “gênero e feminismo”, no período compreendido entre 2015 e 2018. Por fim, realizou-se análise do conteúdo discutido nos artigos, tomando como norteadoras as categorias gênero/sexo e patriarcado, feminismo, trabalho e a articulação entre gênero/sexo, raça/etnia e classe social. De maneira geral foi possível identificar que, apesar do debate ter crescido no interior da categoria profissional no último quadriênio, a discussão acerca das relações de gênero e do movimento feminista ainda é incipiente. As categorias trabalho, raça/etnia e classe social não são tomadas pela maioria das produções como centrais para o debate. No campo dos movimentos feministas, identificou-se a constatação hegemônica acerca de sua pluralidade, porém, poucos(as) foram os(as) autores(as) que demarcaram claramente seu posicionamento acerca da perspectiva teórico-metodológica e da vertente feminista defendida em suas produções. A menção à relevância dos estudos sobre gênero e feminismo para o serviço social também não é realizada pela maioria dos(as) autores(as). Constatou-se, ainda, que o debate de gênero e feminismo é realizado nas produções visando fornecer subsídio para discussões acerca de outros temas como a violência contra a mulher, o feminicídio, as políticas públicas e sociais e o Estado. Para este fim os(as) autores(as) discutem outras categorias como maternidade, feminilização da pobreza, familização, autonomia, poder, empoderamento, representatividade, ideologia, família, consciência, alienação e democracia. A partir da análise de conteúdo realizada foi possível reafirmar a defesa da inclusão da temática de gênero e feminismo como componente curricular obrigatório nos cursos de serviço social do país, bem como da utilização do materialismo histórico-dialético para os estudos de gênero com vistas ao fortalecimento do projeto ético-político do serviço social e à formação crítica dos assistentes sociais brasileiros. Com base nas discussões identificadas acerca do movimento feminista, defendemos o feminismo socialista com caráter antirracista como tática de luta para a emancipação das mulheres e de todos os seres humanos.

Palavras-chave: Gênero. Feminismo. Trabalho. Serviço Social.



## LISTA DE QUADROS

<b>QUADRO 1:</b>	Artigos publicados nos periódicos ligados a programas de pós-graduação em Serviço Social, Política Social e/ou Políticas Públicas do Brasil no quadriênio 2015-2018 .....	<b>35</b>
------------------	---	-----------

## LISTA DE SIGLAS

Abeps	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
Capes	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBAS	Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CRESS	Conselhos Regionais de Serviço Social
Enpess	Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social
Geramus	Grupo de Pesquisa e Extensão sobre Relações de Gênero, Étnico-Raciais, Geracional, Mulheres e Feminismos
GTP	Grupo Temático de Pesquisa
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros
PT	Partido dos Trabalhadores

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>2</b>	<b>SITUANDO O ATUAL DEBATE SOBRE AS RELAÇÕES DE GÊNERO E FEMINISMO .....</b>	<b>14</b>
2.1	A construção do debate sobre a temática nas entidades representativas da categoria profissional.....	15
2.2	As categorias analíticas para o estudo das relações de gênero e os principais dilemas postos nos campos teórico e político.....	18
2.3	O feminismo socialista como tática de luta para a superação da dominação/exploração das mulheres e para a emancipação humana .....	27
2.4	A relevância da categoria trabalho para a elaboração de uma ontologia do gênero	30
<b>3</b>	<b>A PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE GÊNERO E FEMINISMO NO INTERIOR DA CATEGORIA: Identificando tendências e divergências.....</b>	<b>35</b>
3.1	O debate acerca da categoria trabalho nas elaborações sobre as relações de gênero.....	38
3.2	As distintas concepções acerca da categoria patriarcado e do processo de construção social do gênero.....	40
3.3	O horizonte dos movimentos feministas determinado por diferentes perspectivas teóricas e políticas.....	47
3.4	Interseccionalidade versus consubstancialidade: uma tentativa de articulação entre gênero/sexo, raça/etnia e classe social.....	55
3.5	Análise das tendências teóricas e políticas identificadas a partir dos artigos analisados.....	58
<b>4</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>61</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>63</b>

## 1 INTRODUÇÃO

No decorrer da história da humanidade a luta feminista busca denunciar e superar a exploração e dominação das mulheres nos diversos âmbitos da vida. É verdade que há alguns avanços conquistados nesta direção, porém, em pleno século XXI ainda não se pode dizer que a estrutura que sustenta esta opressão tenha sido modificada e, menos ainda, superada. O patriarcado, aqui entendido a partir da concepção de Saffioti (2004) como um sistema de dominação-exploração, um caso específico das relações de gênero, no qual as relações são hierarquizadas entre seres socialmente desiguais, apesar de ter sofrido alterações ao longo dos séculos, continua constituindo as relações nas sociedades de classes.

No âmbito da formação profissional em Serviço Social, faz-se indispensável o estudo acerca da exploração e dominação das mulheres, uma vez que o seu surgimento, inserido na divisão social e técnica do trabalho se desdobra em uma profissão feminina. A maioria dos(as) usuários(as) atendidos(as) pelo serviço social no seu cotidiano profissional é composta por mulheres e uma intervenção em consonância com os princípios fundamentais do Código de Ética Profissional, dentre eles a “opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero” (CFESS, 2012, p.24) necessita de subsídios teórico-metodológicos, técnico-operativos e ético-políticos que embasem este exercício profissional.

Situada a relevância da discussão, este trabalho teve por objetivo identificar as tendências do debate sobre gênero e feminismo no interior da profissão, a partir da produção acadêmica expressa nas publicações veiculadas nos periódicos vinculados a programas de pós-graduação em Serviço Social do Brasil, no período compreendido entre 2015 e 2018.

Trata-se de pesquisa exploratória, bibliográfica e de natureza qualitativa. De acordo com Gil (2002), a pesquisa exploratória tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses, além de promover o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições. Já a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos.

Inicialmente foram identificados todos os programas de pós-graduação em Serviço Social, Política Social e/ou Políticas Públicas do Brasil. Segundo o Relatório da Avaliação

Quadrienal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, há 32 programas nessas áreas, dos quais 17 possuem periódicos disponíveis em sua versão online (CAPES, 2017).

Em seguida, considerando a periodicidade da pesquisa, realizou-se busca em cada um dos periódicos que compuseram a amostra, utilizando-se a combinação dos descritores “gênero AND feminismo”. A partir deste procedimento foram localizados 18 artigos.

Por fim, realizou-se a leitura destes artigos direcionada a algumas categorias consideradas centrais para o debate, a saber: gênero/sexo e patriarcado, feminismo, trabalho e a articulação entre gênero/sexo, raça/etnia e classe social.

Cabe destacar que o interesse pelo tema da pesquisa está diretamente relacionado à minha aproximação durante a graduação ao projeto de extensão Faladeiras, de caráter feminista e popular. Uma das ações do projeto é o grupo de estudos sobre Trabalho, Feminismo e Serviço Social, no qual tive a oportunidade de aprofundar meus estudos sobre a temática de gênero e feminismo numa perspectiva crítica e de onde surgiu a inspiração para esta pesquisa.

A justificativa do período escolhido para a pesquisa se dá pelos limites do Trabalho de Conclusão de Curso, não sendo possível ampliar a análise para além disso, bem como pelo fato do ano de 2014 representar um marco no que diz respeito aos avanços no debate acerca da temática no interior da profissão, haja vista que em dezembro daquele ano realizou-se assembleia da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (Abepss) na cidade de Natal/RN e aprovou-se a inclusão de pelo menos um componente curricular obrigatório nas graduações em Serviço Social que aborde a temática de classe, gênero, etnia/raça, sexualidade e geração (ABEPSS, [2017?]).

Transcorridos mais de quatro anos após esta deliberação nacional, esta pesquisa teve por objetivo analisar se a produção teórica acerca da temática tem expressado a introdução ou o crescimento do debate no Serviço Social brasileiro, a partir de publicações nos periódicos mantidos por programas de pós-graduação da área. Embora entenda-se essa deliberação nacional como fundamental para avançar na formação profissional crítica dos(as) assistentes sociais, considera-se importante que a discussão sobre a temática tenha uma orientação clara, pois os estudos sobre classe, gênero, etnia/raça, sexualidade e geração possuem uma diversidade de orientações teórico-metodológicas que refletem em posicionamentos políticos.

Não se trata aqui de negar o pluralismo importante e salutar no espaço da formação e do trabalho profissional, uma vez que a sua garantia consiste em um dos princípios

fundamentais do Código de Ética Profissional dos(as) assistentes sociais (CFESS, 2012), mas compreende-se que pluralismo não significa ecletismo, ou seja, assimilação acrítica de diversas expressões teóricas. Apesar da existência de perspectivas divergentes, é necessário posicionar-se dentro deste debate com vistas à construção de uma sociabilidade sem divisão de classes e na qual as relações sejam estabelecidas sem dominação e exploração de gênero/sexo e raça/etnia.

O conteúdo da discussão que ora é apresentada foi organizado da seguinte forma: no primeiro capítulo apresenta-se a perspectiva teórico-metodológica que norteou as reflexões sobre o objeto de estudos. No segundo capítulo discute-se brevemente aspectos quantitativos dos artigos levantados no que concerne à distribuição geográfica das publicações, tomando-se como referência as regionais da Abepss. Ainda no segundo capítulo é feita uma análise de conteúdo dos 18 artigos encontrados, considerando as categorias acima mencionadas e buscando apreender as tendências teórico-políticas reveladas a partir dos debates propostos pelos(as) autores(as).

Por último, são apresentadas algumas considerações finais a título de conclusão do trabalho, nas quais reiteramos aspectos problematizados na análise realizada a partir dos dados coletados no percurso do estudo, bem como indicamos algumas questões com o objetivo de suscitar a continuidade do debate sobre o tema.

Acerca da linguagem utilizada neste trabalho, ressaltamos a importância da sua utilização também no feminino, em conformidade com a resolução nº 594, de 21 de janeiro de 2011, aprovada pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), a qual dispõe sobre alterações no texto do Código de Ética do(a) Assistente Social para garantir a linguagem de gênero.

## 2 SITUANDO O ATUAL DEBATE SOBRE AS RELAÇÕES DE GÊNERO E FEMINISMO

Vivemos uma conjuntura de crise estrutural e profunda do Capital configurada a partir da segunda metade do século XX (MÉSZÁROS, 1998). Tal crise traz consequências marcantes para as condições de vida da classe trabalhadora, especialmente para as mulheres, a população negra e lésbica, gay, bissexual, travesti, transexual ou transgênero (LGBT), haja vista que a qualidade da exploração da força de trabalho desses segmentos é diferenciada.

Em âmbito nacional, o cenário de retrocessos em face dos frágeis avanços conquistados nas últimas décadas no que concerne aos direitos trabalhistas e das populações mais oprimidas e exploradas pelo capital é estarrecedor. Não cabe aqui aprofundar a análise sobre os últimos governos, mas considera-se importante qualificar o processo iniciado no ano de 2016 como um golpe em curso. Não se tratou apenas da destituição da primeira presidente mulher do Brasil de seu cargo baseado em alegações sem comprovação, mas de um processo mais profundo de investida dos setores mais conservadores e reacionários da sociedade brasileira de retomar a hegemonia e direção política do país.

Isto não significa que os governos do Partido dos Trabalhadores (PT) não tenham representado um processo de conciliação de classes e favorecido em grande medida os interesses do capital. Porém cabe demarcar a diferença substantiva na correlação de forças desde o período do impeachment de Dilma Rousseff, ocorrido em 2016. O Governo de Michel Temer usurpa do executivo federal apoiado por forças políticas ultraconservadoras propondo medidas anti-povo, que favoreceram a intensificação da exploração da força de trabalho e o enxugamento dos investimentos do Estado nas políticas sociais. A partir da eleição de Jair Bolsonaro para a presidência do país, entramos no ano de 2019 num cenário de recrudescimento ainda maior da disputa entre os interesses do capital e do trabalho.

A Reforma da Previdência, que já vem sendo pautada há alguns anos no cenário nacional constitui a medida de mais urgência por parte do governo e, se aprovada, afetará diretamente as mulheres da classe trabalhadora, especialmente as mulheres negras e a população LGBT.

Neste cenário, os movimentos feministas vêm buscando se rearticular para ocupar as ruas em defesa dos direitos das mulheres e formar uma frente de resistência, em especial através do movimento em torno do dia oito de março, que representa data histórica das lutas

das mulheres no mundo e que nos últimos anos tem sido convocado mundialmente como greve internacional de mulheres, sob o lema *se nossas vidas não importam, que produzam sem nós!*. Destaca-se, nesse contexto, a publicação de *Feminismo para os 99%* Um Manifesto, de autoria de Cinzia Arruzza, Tithi Bhattacharya e Nancy Fraser, no dia oito de março de 2019, que representa um chamado às mulheres do mundo a construir um *feminismo para os 99%*. Denunciando a falência do feminismo liberal como alternativa de libertação das mulheres, haja vista que este feminismo contemplaria apenas 1% da população mundial, as autoras realizam o chamado para um feminismo internacionalista, anticapitalista, antirracista, anti-imperialista e ecossocialista. (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019).

Em diferentes e variadas áreas do conhecimento a temática das relações de gênero tem sido abordada também com variadas e até antagônicas concepções, o que tem provocado o debate das questões afetas ao movimento feminista. Se a intensificação do debate pode ser considerada como algo positivo, no mesmo processo, constata-se a contraposição de projetos societários que não se desvinculam das formas conservadoras de pensamento sobre a questão feminina. E, nesse sentido, há que se advertir que grande parte dessa produção não confronta as estruturas da forma social capitalista e, portanto, não se afirma como anticapitalista. Revelam, assim, em grande medida, estratégias burguesas de assimilação da luta das mulheres com o objetivo de controle e reprodução das relações sociais capitalistas.

## **2.1 A construção do debate sobre a temática nas entidades representativas da categoria profissional**

No interior do serviço social, um avanço importante no que diz respeito à discussão da temática de gênero, raça/etnia, geração e sexualidades, foi a criação, no ano de 2010, do Grupo Temático de Pesquisa (GTP) Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidades, durante o XII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (Enpess), realizado na cidade do Rio de Janeiro (ABEPSS, [2015?]).

O GTP foi criado com o objetivo de fortalecer a discussão sobre a temática no Serviço Social, além de promover a articulação entre linhas e grupos de pesquisa que existem nacionalmente. As atividades do GTP foram desenvolvidas com base na formulação da seguinte ementa: “Sistema capitalista-patriarcal-racista e heteronormativo.



Serviço Social, relações de exploração/opressão de gênero, raça/etnia, geração e sexualidades. Interseccionalidade das opressões de classe, gênero, raça/cor/etnia, geração e sexualidades” (ABEPSS, [2015?], p.1-2). Para cada uma das quatro ênfases apresentou-se uma ementa específica, bem como elegeu-se uma coordenadora.

No XIII Enpess, realizado em 2012, na cidade de Juiz de Fora, realizou-se um colóquio do GTP que levantou a avaliação dos trabalhos realizados no período de dois anos e elegeu a nova composição da sua coordenação para o biênio 2013-2014. Nos dois anos seguintes, a coordenação do GTP realizou diversas atividades nacionalmente, dentre elas se destacando a publicação dos números 27 e 28 da Revista Temporalis (revista da Abepss), com a temática do GTP.

Destaca-se também, a realização do Seminário Nacional na cidade de Brasília, nos dias 5 a 7 de maio de 2014, com a presença de representantes dos eixos de gênero e sexualidade. O Seminário contou com diversas mesas de discussão e como resultado gerou um acúmulo sobre a concepção da consubstancialidade e da coextensividade das relações sociais de sexo, raça/etnia e classe.

Durante o XIV Enpess, ocorrido na cidade de Natal, em dezembro de 2014, realizou-se colóquio do GTP que retomou a discussão acerca das concepções de interseccionalidade e consubstancialidade/coextensividade, porém não foi deliberada alteração da ementa do GTP, na qual permaneceu a concepção de interseccionalidade, por entender-se que tal alteração requeria um debate mais amplo e aprofundado sobre as controvérsias em torno das duas concepções. Ainda neste colóquio elegeu-se a coordenação do GTP para o biênio 2015-2016. O colóquio também discutiu a possibilidade da separação da ênfase de geração, porém no momento decidiu-se por manter a configuração do GTP da maneira que estava.

Foi também neste colóquio que se encaminhou sugerir na assembleia da Abepss a inclusão de uma disciplina curricular obrigatória nos currículos dos cursos de Serviço Social que aborde a temática do GTP. A sugestão foi encaminhada à assembleia que a aprovou por unanimidade.

Algumas atividades realizadas pelo GTP durante o biênio 2015-2016 e que, aqui destacamos foram: participação em seminários e eventos sobre os temas, mapeamento das produções teóricas em revistas e anais de congressos do Serviço Social, construção de um documento sobre um componente curricular com os temas do GTP e a realização do Colóquio no XV Enpess (ABEPSS, [2017?]).

O mapeamento realizado pelo GTP contemplou as produções entre 2010 e 2016 e

teve como fonte de pesquisa os principais eventos da categoria: Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) e Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (Enpess), bem como os principais veículos de publicações técnico-científicas na área: Revista Serviço Social e Sociedade, Revista Temporalis e Plataforma Sucupira.

No colóquio realizado durante o XV Enpess, na cidade de Ribeirão Preto, o GTP apresentou o relatório do Estado da Arte sobre a temática na profissão. Nesta edição do Enpess também se deliberou por criar um novo GTP sobre a temática de geração e suas ênfases, que foi denominado Serviço Social, Geração e Classes Sociais com a seguinte ementa:

O debate geracional no mundo contemporâneo. Os processos que envolvem infância, juventude e velhice enquanto construções sociais, históricas e culturais, bem como expressões da questão social. Indicadores socioeconômicos, proteção social e protagonismo político. As demandas pela reconfiguração do espaço urbano e de equipamentos sociais. O trabalho do assistente social junto à infância, juventude e velhice (ABEPSS, [2017?], p.9).

Elegeu-se, ainda, a coordenação deste novo GTP e a nova coordenação para o biênio 2017-2018.

Até o momento de conclusão deste trabalho, o relatório do GTP biênio 2017-2018 ainda não havia sido publicado, bem como não foi possível acessar o relatório final do mapeamento das produções teóricas.

Já no âmbito do conjunto Conselho Federal de Serviço Social (CFESS)/ Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS) o debate tem sido movido por meio de iniciativas articuladas ao projeto profissional. Nesta direção podemos destacar um conjunto importante de documentos e ações desencadeadas pelas entidades em todo o Brasil. Dentre elas, destacamos três edições do documento CFESS Manifesta, sobre a temática do Dia Internacional das Mulheres, publicados em oito de março de 2015, 2016 e 2017, abordando as diversas formas de violência contra a mulher, a relação entre a conjuntura nacional e o retrocesso nos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres e convocando as mulheres brasileiras a aderirem ao movimento internacional de greve.

É neste cenário de movimentação da categoria na direção da intensificação do debate sobre gênero, raça/etnia, geração e sexualidade que elaboramos esta pesquisa com o intuito de contribuir para o mapeamento da atual situação deste debate a partir das publicações científicas. Nos limites deste trabalho, nos centramos apenas na análise e discussão de artigos indexados sob os descritores “gênero” e “feminismo”. Contudo, consideramos que esse critério adotado permite trazer importantes reflexões e indagações

sobre o que tem sido produzido no interior do serviço social sobre o tema.

A perspectiva teórico-metodológica adotada para o estudo das relações sociais de gênero e do movimento feminista determina o posicionamento político que irá orientar não somente o exercício profissional dos(as) assistentes sociais, mas também as lutas da categoria junto aos movimentos sociais e populares.

Neste sentido, passamos a discorrer a seguir acerca das categorias analíticas selecionadas para nortear a leitura e estudo qualitativo dos artigos pesquisados, quais sejam: gênero/sexo e patriarcado, feminismo, trabalho e a articulação entre gênero/sexo, raça/etnia e classe social, bem como apresentamos alguns dos embates que vêm se conformando no campo teórico e aos movimentos feministas, posicionando-nos em relação a estes.

## **2.2 As categorias analíticas para o estudo das relações de gênero e os principais dilemas postos nos campos teórico e político**

O primeiro embate aqui elencado diz respeito à utilização das categorias gênero e patriarcado. Saffioti (2009) aponta que o conceito de gênero é polissêmico. A autora pontua que as diferenças de concepções são tão profundas, que a mera assertiva de que o gênero é uma construção social não é acordo entre os(as) estudiosos(as) da temática. Para ela, “o gênero é socialmente construído, desde que se considere o substrato material – O CORPO – sobre o qual a sociedade atua” (SAFFIOTI, 2009, p.1). Nesta perspectiva, concorda-se com o posicionamento da autora de renunciar tanto ao determinismo biológico quanto ao social em matéria de gênero, compreendendo que o ser humano constitui uma totalidade que engloba tanto sua dimensão natural quanto social.

Sobre a categoria patriarcado, Saffioti (2009) resgata a contribuição das feministas radicais, nas décadas de 1960 e 1970 ao elaborarem um conceito na intenção de denunciar a dominação masculina e discordando da elaboração anteriormente apresentada por Max Weber, que considerava uma sociedade sem Estado. As feministas radicais, porém, não consideravam o âmbito da exploração, apenas da dominação, o que para a autora constitui um equívoco, sendo o patriarcado um “sistema de dominação-exploração” ou “exploração-dominação”, perspectiva com a qual concorda-se neste trabalho.

Faz-se importante destacar ainda a relação entre as categorias gênero e patriarcado. De acordo com Saffioti (2004, p.119), o patriarcado é um “caso específico de relações de gênero”, que consiste de hierarquia e desigualdade. Seu surgimento pode ser datado há

cerca de seis mil anos (SAFFIOTI, 1987). O gênero, por sua vez é anterior e muito mais vasto, podendo compreender também relações igualitárias. Dito de outra forma, “Gênero constitui uma categoria ontológica, enquanto o mesmo não ocorre com a categoria ordem patriarcal de gênero” (SAFFIOTI, 2004, p.134) que, portanto, é histórica.

Situados alguns dos dilemas e divergências acerca das categorias gênero e patriarcado, concordamos com a perspectiva de Saffioti (2004) sobre:

1. a utilidade do conceito de gênero, mesmo porque ele é muito mais amplo do que o de patriarcado, levando-se em conta os 250 mil anos, no mínimo, da humanidade;
2. o uso simultâneo dos conceitos de gênero e de patriarcado, já que um é genérico e o outro específico dos últimos seis ou sete milênios, o primeiro cobrindo toda a história e o segundo qualificando o primeiro ou, por economia, simplesmente a expressão patriarcado mitigado ou, ainda, meramente patriarcado;
3. a impossibilidade de aceitar, mantendo-se a coerência teórica, a redutora substituição de um conceito por outro, o que tem ocorrido nessa torrente bastante ideológica dos últimos dois decênios, quase três (SAFFIOTI, 2004, p. 133).

Cisne (2014), porém, numa outra chave analítica defende o uso do conceito feminista francófono de relações sociais de sexo ao invés de gênero. A autora se baseia numa discussão etimológica (ou seja, da origem histórica das palavras) proveniente dos termos franceses *rappports* e *relations*, ambos traduzidos na língua portuguesa como relações, mas que em sua origem apresentam significado substantivamente distinto. Segundo a autora:

No francês existem duas palavras para uma única tradução no português: relações. *Rapport* designa relações mais amplas, estruturais, enquanto *relation* diz respeito às relações mais pessoais, individuais, cotidianas. O conceito de *rapport sociaux de sexe* é diretamente fundamentado no de relações sociais de classe. Uma relação [*rapport*] social está vinculada aos conflitos e tensões entre os grupos sociais com interesses antagônicos. Portanto, atravessa todo o tecido do campo social e dos fenômenos daí decorrentes (CISNE, 2014, p. 62, grifo da autora).

E, ainda:

Por isso, a relação social de sexo nomeia os sujeitos, uma vez que designa a confrontação entre as consideradas categorias de homens e mulheres, que envolvem conflitos e antagonismo de ordem estrutural, ainda que também reflitam nas relações (*relations*) pessoais (CISNE, 2014, p. 62-63, grifo da autora).

Sobre o conceito de gênero, a autora afirma que pode representar relações destituídas de hierarquia e não considerar outras desigualdades estruturantes, como a classe social. Cisne citando Pfefferkorn (2012), destaca três principais críticas ao uso do conceito de gênero. A primeira diz respeito à inclinação de algumas pesquisadoras a se interessarem

mais pelos “aspectos simbólicos da opressão das mulheres e às representações mais do que aos aspectos materiais” (PFEFFERKORN, 2012, p.71 *apud* CISNE, 2014, p.64, tradução da autora). A segunda crítica se refere ao questionamento sobre a distinção entre sexo e gênero. Para a autora, apesar das contribuições dos estudos de gênero em romper com a perspectiva naturalizante e biologizante do gênero, situando-o no campo da construção social, acabou por biologizar o conceito de sexo, o que para a autora consiste num equívoco, uma vez que, para ela, os corpos sexuados também são uma construção social e histórica. A terceira crítica se refere à ausência de menção de hierarquia que já citamos anteriormente.

Há, entretanto, uma diferença substantiva entre Pfefferkon (2012) e Cisne (2014). O primeiro autor defende que gênero é um conceito útil à medida que permite unificar os pesquisadores e o debate sobre as relações entre homens e mulheres, desde que se leve em consideração sua dimensão crítica. Já Cisne, reconhecendo que o uso da categoria de gênero não implica, necessariamente, abrir mão da perspectiva crítica, considera mais pertinente a utilização de relações sociais de sexo. A fim de sustentar esta perspectiva a autora ainda se vale dos estudos de outras fontes, como Anne-Marie Devreux (2011), Saffioti (2004) e Bandeira (2000).

Um segundo embate apresentado atualmente no campo das relações de gênero diz respeito à perspectiva teórico-metodológica que se considera a mais adequada para a compreensão dos fenômenos. Neste sentido, julgou-se necessário reforçar nosso posicionamento acerca da questão, qual seja: a defesa da utilização do método materialista histórico-dialético, que, de acordo com Souza e Veloso (2015) constitui a maior contribuição da obra de Karl Marx à teoria social e política, como o método mais adequado para o estudo da temática.

Diversas críticas já foram elaboradas à utilização do marxismo como referencial teórico para o estudo das relações de gênero. Hartmann (1979) considera o arcabouço categorial da tradição marxista insuficiente para tratar da questão e classifica-o como *sex-blind*, ou cego para a categoria de sexo. Já a feminista britânica Bryson, afirma que a teoria do valor de Marx não levou em conta o processo de reprodução da própria força de trabalho. Para ela, a perspectiva marxista, para que possa ser utilizada para estudar a questão da opressão da mulher necessita uma reconceituação do termo produção (ESPASANDÍN, 2018).

Bryson é enfática ao afirmar que a teoria marxista associa o trabalho produtivo ao trabalho assalariado que produz mais-valia, subestimando a relevância do trabalho

doméstico e de reprodução da vida, desenvolvido em sua maior parte pelas mulheres, porque está “afetado pelos valores capitalistas hegemônicos” (BRYSON, 2006, p.12 apud ESPASANDÍN, 2018, p.590, tradução nossa).

Diante das críticas mencionadas, passamos a discorrer brevemente sobre a necessidade de “desmistificar a falsa cegueira do marxismo diante deste fenômeno” (SOUZA; VELOSO, 2015, p.10).

De acordo com Saffioti (2009), outras correntes teóricas como o positivismo e o weberianismo, por exemplo, não receberam esta crítica contundente por parte das feministas, mesmo não tendo abarcado a discussão sobre as relações de gênero. Para a autora, “[as] assim denominadas suspeitas, e até mesmo recusas veementes, com relação às explicações universais, não justificam a acusação de que os conceitos marxistas são incapazes de perceber o gênero” (SAFFIOTI, 2009, p.5).

O que diferencia a perspectiva teórico-metodológica marxiana das demais formas de compreensão da realidade é que nela tem-se uma indissociável intencionalidade de transformação da própria realidade, o que a torna revolucionária.

Ao realizarem esse debate vinculando-o ao projeto profissional do serviço social brasileiro, Souza e Veloso (2015, p.10) asseveram que:

[...] se o projeto ético-político tem inspiração no marxismo e reconhece que a luta pelo fim das desigualdades de gênero deve ser um dos compromissos de assistentes sociais, compreender o gênero sob uma perspectiva marxista se faz indispensável para uma intervenção crítica, criativa, comprometida, competente e, acrescentaríamos, coerente.

Avançando na abordagem das principais categorias que iluminam, aqui, a análise proposta é preciso dar destaque à articulação entre as categorias de gênero/sexo, raça/etnia e classe social. Também nesse conjunto relacional não se pode desconsiderar a existência de novos dilemas. Dentre eles, podemos dar relevo ao fato de que o debate atualmente colocado está em torno da concepção de interseccionalidade versus a de consubstancialidade-coextensividade. Apesar de em alguns debates essas concepções aparecerem como intercambiáveis, existe diferenças entre elas, as quais passamos a explicitar a seguir.

O termo interseccionalidade foi cunhado pela jurista afroamericana Crenshaw e atualmente é utilizado e defendido por autoras do feminismo negro como Akotirene. A concepção surge antes mesmo do termo ter sido criado, especialmente por reivindicação das mulheres negras, que não se sentiam representadas nem dentro dos movimentos antirracistas nem dentro dos movimentos feministas da época, dado o “fracasso do

feminismo em interrogar a raça [...] e o fracasso do antirracismo em interrogar o patriarcado” (CRENSHAW, 1991, p.1252, tradução nossa). A ideia central de intersecção apresentada pela autora é entre as categorias de raça e gênero, sendo que a classe social não assume tanta centralidade. Nas palavras da autora:

Na verdade, os fatores que eu abordar apenas em parte, ou não abordar, como classe ou sexualidade, são muitas vezes tão críticos na formação das experiências das mulheres não-brancas. Meu foco nas intersecções de raça e gênero apenas destaca a necessidade de considerar múltiplos motivos de identidade ao considerar como o mundo social é construído (CRENSHAW, 1991, p.1244-1245, tradução nossa)

Akotirene explica que a interseccionalidade não seria uma nova forma de explicar a opressão das mulheres, mas serviria como uma lente analítica sobre a interação estrutural em seus efeitos políticos e legais (AKOTIRENE, 2018).

Por sua vez, o conceito de consubstancialidade-coextensividade tem como pioneira a feminista francesa Kergoat. Trata-se de uma perspectiva de análise que inicialmente confere centralidade às categorias de gênero e classe social e, mais tarde, amplia-se para as considerações sobre raça. Dentre as autoras contemporâneas dos estudos de gênero que adotam esta perspectiva estão Cisne (2014) e Barroso (2018). Kergoat (2010) efetua crítica ao conceito de interseccionalidade por considerá-lo uma noção geométrica. Para a autora:

[...] as relações sociais são consubstanciais; elas formam um nó que não pode ser desatado no nível das práticas sociais, mas apenas na perspectiva da análise sociológica; e as relações sociais são coextensivas: ao se desenvolverem, as relações sociais de classe, gênero e “raça” se reproduzem e se co- produzem mutuamente (KERGOAT, 2010, p. 94).

Barroso (2018), por seu turno, problematiza a categoria interseccionalidade nos seguintes termos:

[...] acreditamos que a interseccionalidade pode funcionar como um instrumento técnico-operativo aplicado às políticas públicas por possibilitar a conexão das desigualdades sociais num nível das práticas sociais — por intermédio da integração de marcadores sociais tais como sexo/gênero, classe, “raça”, etnicidade, geração, deficiência e orientação sexual. Soma-se a isso o seu caráter político, uma vez que a interseccionalidade é também uma forma de luta contra as opressões e, portanto, um instrumento de luta política para o movimento de mulheres negras (BARROSO, 2018, p. 451-452).

Neste sentido, Barroso (2018) reconhece a importante contribuição advinda das reivindicações do feminismo negro e aposta na interseccionalidade como ferramenta de luta política, especialmente no campo da elaboração e execução das políticas públicas, porém, considera que, devido a sua concepção geométrica, “[...] a interseccionalidade, de fato, não consegue apreender a dinâmica complexa das relações sociais” (BARROSO, 2018, p.451).

A autora ainda aponta que no interior da própria concepção de consubstancialidade-coextensividade existem diferenças, dentre elas, a discussão sobre se existe ou não uma prioridade ontológica da dimensão econômica, ou seja, da classe social sobre as demais categorias.

Acerca deste debate, merece destaque o fato de que na perspectiva crítico-dialética desenvolvida por Max, a realidade constitui uma totalidade, uma unidade na diversidade. A totalidade mais ampla é a realidade social, constituída por inúmeras dimensões que também são totalidades, ainda que de menor complexidade. Nesse sentido, a realidade social - que implica a esfera da produção e da reprodução da vida - possui uma hierarquização em relação aos elementos que a constituem, mas essa não é fixa. Trata-se de uma hierarquização móvel que se conforma na dinâmica e no desenvolvimento mesmo da própria realidade. Essa concepção não admite quaisquer determinismos, o que parece imprescindível para a compreensão dos dilemas existentes em torno das relações entre as categorias aqui explicitadas.

Cisne (2017) ao analisar a perspectiva de Crenshaw comenta:

o seu método [de Crenshaw] não apenas diferencia os eixos de subordinação, mas, permite analisá-los de maneira isolada um do outro. Eles podem se cruzar ou se sobrepor, como também se excluem mutuamente. De maneira distinta, a perspectiva da consubstancialidade/coextensividade das relações sociais, defende um método de análise com o qual as relações sociais de sexo, raça e classe são percebidas como indissociáveis (CISNE, 2017, p. 3).

Machado (2017), apoiando-se sobre as reflexões elaboradas pelas autoras Carbin; Edenheim (2013) e KERNER (2016) ressalta que a perspectiva de interseccionalidade se tornou um termo *mainstream* nos meios acadêmicos europeus, norte-americanos e brasileiros, o que mascara uma série de perspectivas diferentes e até mesmo conflitantes. A autora defende a tese de que a interseccionalidade possui origem crítica, mas no alcance do sucesso acadêmico acabou por perder tal horizonte. Tal sucesso, aliás, só pôde ser alcançado em decorrência da distorção do termo e do não aprofundamento necessário de algumas categorias ontológicas. Ainda segundo a autora, houve um deslocamento da centralidade originalmente proposta pela interseccionalidade, qual seja, a mulher negra (categorias de gênero e raça), permitindo que esta perspectiva de análise pudesse ser aplicada a outras relações.

Machado (2017) ainda expõe uma das críticas das defensoras da perspectiva da consubstancialidade-coextensividade à perspectiva de interseccionalidade, qual seja, de ter colocado categorias como geração e capacitismo, por exemplo, em pé de igualdade com as



categorias de gênero, raça e classe social. Porém, segundo a autora esta perspectiva não é inerente à perspectiva interseccional de Kimberlé Crenshaw.

Sobre a perspectiva da consubstancialidade-coextensividade, Machado afirma que ela surge com “um denso aparato teórico, com concepções políticas bastante marcadas” (MACHADO, 2017, p.11), como por exemplo, a utilização de relações sociais de sexo em detrimento de gênero, conforme já discutimos anteriormente. Porém, para Machado, baseada em Arruzza (2010), a utilização da concepção de relações sociais de sexo corresponde a compreender que os sexos constituem duas classes antagônicas. Para ela:

Arruzza entende que, da mesma forma como o movimento operário tradicional pode comprimir o gênero na classe operária, o feminismo materialista, nessa operação, o comprime na ideia de ‘classe sexual’, condicionando a esfera da reprodução pela da produção, perdendo-se de vista sua especificidade [...]. Assim, a transposição teórica semidireta do aparato conceitual do marxismo para as relações entre os sexos/gêneros acaba produzindo mais problemas do que de fato soluções (MACHADO, 2017, p.14).

Desta maneira, a autora conclui pela defesa de que, embora o conceito de interseccionalidade apresente limitações, tais limites, quando contrastados com o conceito de consubstancialidade, não são suficientes para que se substitua o primeiro pelo segundo. Defende, por fim, a utilização da interseccionalidade, que, apesar de conter “caráter aberto e provisório [e que por isso] pode ser responsabilizado por confusões teóricas e apropriações indevidas, não [há] nada inerente ao conceito que inviabilize sua utilização; o que lhe falta, conforme as colocações de Carbin e Edenheim, é uma definição teórica mais precisa” (MACHADO, 2017, p.15).

Nas palavras da autora:

Entendo que essa definição deve se dar em diálogo com uma concepção materialista histórica das relações sociais, que busque compreender não apenas como as interseções entre raça, gênero e classe configuram uma dada "localização" individual, mas de que forma racismo, patriarcado/sexismo e capitalismo interagem para produzir a subjugação de alguns grupos humanos por outros (MACHADO, 2017, p.15).

E ainda, segundo a mesma autora:

[...] pode-se considerar que a análise interseccional que considera racismo e sexismo, mas que não desenvolve uma crítica do capitalismo, não representa uma ameaça real aos sistemas integrados que produzem desigualdade, já que as demandas individuais podem ser tragadas por ele sem custos significativos, mas as lutas coletivas exigem sua desestruturação. O que [...] [se pretende] com essa argumentação não é propor uma primazia da classe social frente a raça, gênero e sexualidade, mas pensar formas de utilizar a abertura da interseccionalidade para qualificá-la enquanto instrumento de crítica sistêmica (MACHADO, 2017, p.16).

A partir dessa breve síntese sobre as concepções de interseccionalidade e consubstancialidade-coextensividade, pode-se tecer algumas considerações. Se levarmos em conta que a interseccionalidade compreende a relação entre estas categorias como geométrica, adicional, como três esferas distintas que se cruzam apenas em um ponto em comum e que não confere igual centralidade à categoria de classe social, apresentando-a de maneira subalterna, concordamos com Barroso (2018) de que esta perspectiva de análise não dá conta de compreender a complexidade da realidade social e do debate sobre as opressões.

Por outro lado, se há a possibilidade ou mesmo tendência dentro da perspectiva da consubstancialidade-coextensividade de conferir prioridade fixa à dimensão econômica, ou seja, à categoria de classe social e, além disso, se tomarmos em conta o fato de que esta perspectiva já surge a partir do feminismo materialista francófono dando primazia às categorias de gênero e classe e não incorporando o debate sobre raça (no que pesem as limitações históricas e geográficas postas) e quando, por pressão do movimento feminista negro finalmente o incorpora, o faz de maneira a utilizar esta categoria de forma que consideramos equivocada, então, do mesmo modo esta perspectiva de análise pode incorrer em erros, especialmente ao analisarmos as relações sociais no Brasil, onde, de acordo com Clóvis Moura, o sistema escravista e o racismo foram estruturantes ao desenvolvimento do capitalismo de tipo dependente que aqui se formou (MOURA, 1983).

No que concerne ao equívoco apresentado por algumas autoras defensoras da perspectiva de consubstancialidade-coextensividade, como a própria precursora do termo, Danièle Kergoat e as autoras brasileiras Milena Fernandes Barroso e Mirla Cisne, o uso de aspas para a categoria raça vai no sentido contrário ao próprio acúmulo de discussão acerca desta categoria já construído pelo movimento negro. As autoras afirmam utilizar as aspas no sentido de demarcar um posicionamento de que não existe fundamento biológico para diferentes raças, já todos os seres humanos pertencem à raça humana. Esta foi uma constatação científica de extrema importância na direção de desmascarar a ideologia racista que, para fins de justificar a dominação e exploração dos negros e negras, criava explicações sobre a inferioridade dessa população, utilizando-se, inclusive, de argumentos científicos. Assim, ao aspear o termo, demarca-se uma posição de que raça é uma construção social. Porém, questiona-se aqui se, seguindo tal lógica, não seria prudente aspear igualmente a categoria de classe social, uma vez que se trata de uma construção exclusiva da esfera social e, de igual modo, não possui base natural ou biológica que a justifique.

Em contraposição a posicionamento em defesa do uso de aspas apresentado pelas autoras, de acordo com discussão apresentada em documento elaborado no ano de 2018 pela Abepss, temos que:

Ainda que raça não tenha nenhum sentido biológico, sob o ponto de vista sócio-histórico, raça continua sendo um recurso político-ideológico de estigmatização, segregação, dominação e exploração em todo o mundo. Embora sua existência não seja mais validada pelas ciências naturais, sua existência é real nas mentes e na vida social concreta dos sujeitos. E mesmo esvaziada de sentido biológico, a ideia de raça persiste, sobretudo, no âmbito das relações de poder e dominação para a manutenção de uma sociedade desigual (ABEPSS, 2018, p. 14).

Isso equivale a dizer que, superada a justificativa científica e biológica de inferioridade dos negros e negras, sua localização subalterna na sociedade persiste, justamente porque a escravidão e o racismo tiveram base material, sendo sua justificativa ideológica criada apenas para legitimar este processo. Portanto, como as bases materiais do racismo ainda não foram modificadas, não se admite razão para o uso de aspas na categoria raça, dada sua existência concreta até os dias de hoje e a importância que figura tal categoria para os movimentos negro e antirracista.

Discordamos ainda da posição defendida pelas autoras adeptas à perspectiva de consubstancialidade-coextensividade de rechaço à utilização da categoria gênero, pois, conforme já explicitado anteriormente, defendemos a concepção de Saffioti (2004) acerca da utilização de gênero e patriarcado concomitantemente.

Desta maneira, reconhecendo a importância da origem e do peso político da interseccionalidade e da compreensão mais próxima de uma perspectiva materialista e histórica-dialética que apresenta a consubstancialidade-coextensividade, dadas as limitações expostas anteriormente, tendemos a não decidir pela adoção de nenhuma das duas perspectivas, atendo-nos à concepção que desenvolve Saffioti (1987) a respeito da simbiose do patriarcado, racismo e capitalismo em um só sistema de dominação-exploração, a saber, patriarcado-racismo-capitalismo. Em relação à proposta feita por Machado (2017), acreditamos que Saffioti atende a este objetivo, tendo desenvolvido a concepção de simbiose que até o momento consideramos a compreensão mais acertada sobre a relação entre as categorias de gênero/sexo, raça/etnia e classe social. Nas palavras da autora:

Com a emergência do capitalismo, houve a simbiose, a fusão, entre os três sistemas de dominação-exploração [o patriarcado, o racismo e o capitalismo][...]. Só mesmo para tentar tornar mais fácil a compreensão deste fenômeno, podem-se separar estes três sistemas. Na realidade concreta, eles são inseparáveis, pois se transformaram, através deste

processo simbiótico, em um único sistema de dominação-exploração, aqui denominado patriarcado-racismo-capitalismo (SAFFIOTI, 1987, p. 60).

Segundo esta perspectiva, não somente se compreende que houve uma fusão entre os três sistemas de dominação-exploração, como também não se pode estabelecer uma prioridade de um em detrimento de outro:

Há uma razão muito forte para que não se proceda pelo raciocínio da priorização, do privilegiamento de um sistema de dominação-exploração. É que, na realidade concreta, observa-se, de fato, uma simbiose entre eles. Esta fusão ocorreu em tal profundidade, que é praticamente impossível afirmar que tal discriminação provém do patriarcado, ao passo que outras se vinculam ao sistema de classes sociais e ou ao racismo (SAFFIOTI, 1987, p. 61).

Destacamos porém, que existem diversas minúcias deste debate que carecem de maior aprofundamento teórico, o qual escapa aos limites deste trabalho.

Acerca da discussão sobre feminismo, assume-se, nesta pesquisa, a perspectiva de que o movimento não é homogêneo, pelo contrário, existem, no seu interior, diversas vertentes com distintas orientações teóricas e políticas. Apesar de reconhecer que há diferenças no interior deste movimento, optou-se por manter a utilização do termo no singular, a fim de demarcar que apenas uma perspectiva corresponde à concepção teórico-política que orienta esta pesquisa e a qual consideramos a vertente feminista capaz de produzir uma aproximação teórica mais adequada da questão da opressão das mulheres, bem como desenvolver as estratégias de luta capazes de contribuir, de fato, para a superação desta condição de opressão. Trata-se do feminismo socialista.

### **2.3 O feminismo socialista como tática de luta para a superação da dominação/exploração das mulheres e para a emancipação humana**

De acordo com Cisne (2014), a articulação entre o movimento feminista e o movimento socialista proletário remonta ao fato de ambos surgirem no mesmo período histórico, a partir do desenvolvimento do capitalismo industrial. Ainda, segundo a autora, ambos movimentos compartilham um mesmo horizonte estratégico: uma nova forma de sociabilidade, livre de qualquer sistema de dominação e exploração. Ao fazer tal afirmação, Cisne (2014) demarca que se refere ao feminismo com orientação marxista e de caráter proletário.

Nesse sentido, faz-se necessário reconhecer os avanços conquistados pelo movimento feminista a partir de sua aproximação teórica com o marxismo, bem como sua

articulação com o movimento socialista internacional. É necessário reconhecer também que equívocos foram cometidos por teóricos(as) marxistas em suas diversas tentativas de formular uma teoria acerca da origem da opressão das mulheres, e que existiram contradições no interior dos próprios movimentos proletários e socialistas no que concerne à autonomia organizacional das mulheres e à centralidade conferida (ou melhor, não conferida) à luta contra o patriarcado e contra o racismo. Caracterizando esta tendência como marxismo dogmático, Saffioti afirma que o marxismo dogmático:

[...] caracteriza-se por um profundo reducionismo. Tachando de diversionista a luta pela democratização das relações de gênero, não apenas privilegia a luta de classes em detrimento de outras (contra o sexismo e contra o racismo), como também só reconhece esta luta como legítima. O reducionismo desta postura reside exatamente em tentar reduzir todos os fenômenos a lutas de classes. Os adeptos desta posição entendem que todos os problemas se resolverão automaticamente com a destruição da divisão da sociedade em classes sociais, ou seja, com a implantação do socialismo. Patriarcado e racismo são, pois, tornados como questões secundárias, menores.

Os marxistas dogmáticos, exatamente em razão de seu dogmatismo, não enxergam as especificidades do patriarcado e do racismo, mesmo quando fundidos com o capitalismo, porque reduzem os três sistemas de dominação-exploração a um único: o das classes sociais. Este equívoco dos marxistas dogmáticos tem impedido que países em vias de construção do socialismo cheguem a democratizar as relações entre homens e mulheres e entre indivíduos de diferentes raças. Desta sorte, não se pode considerar esta corrente de pensamento como feminista. Ao contrário, ela rejeita enfaticamente o feminismo no singular, justamente porque não conhece senão um tipo de feminismo, ou seja, o radical (SAFFIOTI, 1987, p.114).

A despeito da existência desta vertente dogmática no interior do marxismo, de maneira alguma conclui-se pela negação desta perspectiva teórico-metodológica. Pelo contrário, considera-se que a busca pela real emancipação das mulheres só pode ter caráter efetivamente revolucionário na medida em que se alia à luta geral da classe trabalhadora pela superação da sociedade capitalista e de igual forma, se apropria do marxismo como a ciência do proletariado, utilizado-se do método materialista histórico-dialético para se debruçar sobre a questão da mulher e elaborar estratégias de superação da condição de dominação-exploração a que historicamente ela está submetida.

Os equívocos teóricos cometidos por autores(as) marxistas no estudo acerca da opressão das mulheres foram apontados pelas próprias feministas socialistas, e é nesse sentido que Cisne afirma que “[...] o feminismo enriqueceu o marxismo” (CISNE, 2014, p. 124), não só na medida em que apontou estes equívocos teóricos e os superou utilizando-se do próprio método materialista histórico-dialético para se debruçar sobre a temática em

questão, como também através da incorporação no seio das organizações proletárias da discussão sobre a opressão das mulheres, ainda que esse intento tenha enfrentado inúmeras resistências. De todo modo, trazido pelas reivindicações das feministas socialistas, orientadas pelo marxismo, o debate sobre o feminismo contribuiu para o enfrentamento do conservadorismo no interior dos próprios setores da esquerda e para a incorporação da pauta contra a opressão das mulheres como bandeira de luta dessas mesmas organizações.

Nessa direção, Cisne (2014) defende a necessidade dos movimentos revolucionários darem importância à luta das mulheres, não apenas por se tratar de um movimento que radicaliza a luta de classes, mas também porque “[...] uma sociedade socialista é incompatível com qualquer sistema de opressão” (CISNE, 2014, p. 120).

Além de necessitar de base teórica marxista e orientação política socialista, defendemos a posição de que o movimento feminista, especialmente no Brasil, necessita ser antirracista se quiser de fato apontar para a superação da dominação e exploração das mulheres, haja vista que a escravidão esteve presente na formação sócio-histórica do país desde suas origens e perdurou por quase 400 anos (MOURA, 1983), conformando as relações (nelas inclusas as relações de gênero) a partir do racismo estrutural e institucional.

Considera-se relevante destacar, ainda, em concordância com Cisne (2014), que a emancipação da mulher não se restringe à dimensão econômica. É por este motivo que apontam-se os limites do feminismo liberal, por exemplo, que reivindica pautas de direitos das mulheres nos limites da sociedade capitalista e da democracia burguesa, por meio da luta por maior representação das mulheres na política e em espaços corporativos e por igualdade salarial, por exemplo. Nas palavras da autora:

[...] o feminismo não deve ser um movimento que luta restritamente pelas questões específicas das mulheres, ainda que tais questões sejam incontestavelmente importantes e indispensáveis, como o direito ao aborto e a luta pelo fim das múltiplas formas de violência contra a mulher. Em outras palavras, embora algumas bandeiras de lutas do feminismo não estejam associadas diretamente à luta anticapitalista-, o que não tira sua importância e legitimidade-, o fundamento do feminismo sendo a emancipação das mulheres, encontra um limite estrutural: o capitalismo (CISNE, 2014, p. 118).

Acerca do feminismo liberal, Saffioti afirma:

Para os liberais, a inferioridade social da mulher deriva da desigualdade de oportunidades entre homens e mulheres, especialmente nos campos da educação e do trabalho. Para esta corrente, basta qualificar a mão-de-obra feminina e oferecer-lhe oportunidades de trabalho para eliminar a inferioridade social da mulher.

Obviamente, o pressuposto básico desta linha de pensamento consiste em considerar o capitalismo como o regime sócio-político-econômico

libertador da mulher. Os limites do feminismo liberal burguês são dados pelo próprio capitalismo. Se este é tido como propiciador de maiores oportunidades de escolarização e de trabalho remunerado para as mulheres, é intocável, sagrado (SAFFIOTI, 1987, p.113).

Assim, apesar de reconhecermos a importância de realizar mediações no interior da sociedade capitalista, não consideramos o feminismo liberal um movimento com capacidade de identificar as bases da exploração e dominação das mulheres, nem de desenvolver táticas de superação dessa condição, haja vista que sua estratégia se restringe à própria sociedade capitalista e, conforme já afirmamos, a emancipação social das mulheres (e não apenas emancipação política e formal possibilitada e limitada à ordem regida pelo capital), não pode ser obtida sem apontar para a construção de uma fase superior de desenvolvimento da humanidade: o socialismo.

Feitas estas considerações resta ainda pontuar algumas reflexões sobre a questão em tela relacionado-a ao debate do trabalho. Neste sentido, as contribuições de Gyorgy Lukács (2013) com base nos escritos marxianos nos permitem construir um quadro analítico coerente com a perspectiva que defendemos.

#### **2.4 A relevância da categoria trabalho para a elaboração de uma ontologia do gênero**

Na concepção de Lukács o trabalho é entendido como categoria fundante do ser social, responsável por possibilitar o salto do ser natural a uma nova forma de ser de qualidade distinta, o ser social (LUKÁCS, 2013). O autor credita a Engels a associação do trabalho ao processo de humanização do ser humano. Baseando-se na concepção previamente elaborada por Marx, Lukács aprofunda o estudo acerca do pôr teleológico, ou prévia ideação, o que diferencia o ser humano dos demais animais. Interessa-nos, particularmente, a afirmação de que o trabalho se torna o modelo de toda práxis social (LUKÁCS, 2013). É importante destacar que se trata aqui do trabalho como atividade produtora de valores de uso, o que compreende toda e qualquer atividade desenvolvida pelo ser humano em sua interação com a natureza, tendo este elaborado previamente em sua mente um fim a ser alcançado (pôr do fim) e escolhido as possíveis formas de executá-lo (pôr dos meios). Esta atividade é realizada com vistas a atender às diversas necessidades humanas. Não estamos nos referindo, portanto, à forma histórica que a atividade trabalho pode assumir em determinado modo de produção, a exemplo da forma mercadoria no modo de produção capitalista.

Entretanto, para Lukács (2013), existe diferença entre o trabalho e as formas de

práxis social. Enquanto no primeiro, o homem atua exclusivamente sobre a natureza, transformando-a, na práxis social, esta atuação se dá sob outros homens, tendo como objetivo, em última instância, a produção de valores de uso. Neste momento, afirma Lukács (2013, p. 83):

[...] o conteúdo essencial do pôr teleológico [...] falando em termos inteiramente gerais e abstratos – é a tentativa de induzir outra pessoa (ou grupo de pessoas) a realizar, por sua parte, pores teleológicos concretos. Esse problema aparece logo que o trabalho se torna social, no sentido de que depende da cooperação de mais pessoas, independente do fato de que já esteja presente o problema do valor de troca ou que a cooperação tenha apenas como objetivo os valores de uso. Por isso, esta segunda forma de pôr teleológico, no qual o fim posto é imediatamente um pôr do fim por outros homens, já pode existir em estágios muito iniciais.

Desta forma, se compreendemos as relações de gênero como relações sociais, ou seja, como práxis social e compreendemos a categoria trabalho como o modelo desta práxis, concluímos que qualquer tentativa de compreender as relações de gênero não poderia prescindir da sua relação com a categoria trabalho, entendida como a atividade na qual e pela qual o ser social se constitui e se complexifica.

Porém a atividade trabalho não é exercida por todos os seres humanos da mesma forma. À medida em que o ser social vai se desenvolvendo, estabelece-se a divisão social do trabalho. Neste sentido, diversos estudos foram realizados, tendo seu protagonismo no feminismo materialista francês, acerca de um momento particular desta divisão social do trabalho, a denominada divisão sexual do trabalho, fenômeno que estabeleceu as bases materiais da dominação e exploração das mulheres pelos homens.

Segundo Saffioti (2004), a divisão sexual do trabalho se estabelece segundo critério de sexo. Isso quer dizer que homens e mulheres foram assumindo atividades laborais diferenciadas, o que inicialmente não significava desigualdade ou desvalorização das atividades executadas pelas mulheres. A autora toma como referência estudos desenvolvidos por Gerda Lerner, historiadora Austríaca que analisam as sociedades baseadas na caça e coleta. Nestas, a primeira atividade é atribuída aos homens e a segunda às mulheres. Tal divisão não está relacionada à maior força física do homem, pois houve sociedades em que a caça de um animal específico cabia às mulheres. Nas palavras da autora:

A hipótese mais convincente para justificar a divisão sexual do trabalho nas sociedades de caça e coleta parece ser a que se segue. Como não havia Nestlé, era obrigatório o aleitamento do bebê ao seio. Desta sorte, o trabalho feminino era realizado com a mulher carregando seu bebê amarrado ao peito ou às costas. Os bebês eram, assim, aleitados facilmente toda vez que sentissem fome. Como bebê não fala, sua maneira



de expressar suas necessidades é o choro. Daí vem a sabedoria popular, inclusive em sentido figurado, dizendo: ‘quem não chora não mama’. Presuma-se que às mulheres fosse atribuída a tarefa da caça. O menor sussurro do bebê espantaria o animal destinado à morte e as caçadoras voltariam, invariavelmente, para seu grupo, sem nenhum alimento. Já as plantas, desde as raízes, passando pelas folhas e chegando aos frutos, permanecem imperturbáveis ouvindo o choro das crianças (SAFFIOTI, 2004, p.61).

Compreende-se, desta forma, que foram questões objetivas ligadas às condições biológicas diferenciadas de homens e mulheres que determinaram a divisão sexual do trabalho nas sociedades de caça e coleta (a autora ainda chama a atenção ao fato de que não se pode afirmar que todas as sociedades tenham passado por este estágio de organização do trabalho). Saffioti, apoiando-se nas elaborações de Lerner destaca um elemento determinante para que esta divisão sexual do trabalho estabelecesse as bases materiais para a dominação das mulheres pelos homens. Na medida em que a atividade da caça não era diária, ao contrário da coleta, aos homens sobrava mais tempo livre para o exercício da criatividade. Nas palavras da autora:

Foi, por conseguinte, na chamada ‘sombra e água fresca’ que os homens criaram sistemas simbólicos da maior eficácia para destronar suas parceiras. Este processo foi extremamente lento, graças à resistência das mulheres. Segundo esta historiadora austríaca [Lerner], vivendo nos Estados Unidos desde a ascensão do nazismo, o processo de instauração do patriarcado teve início no ano 3100 a.C. e só se consolidou no ano 600 a.C. A forte resistência oposta pelas mulheres ao novo regime exigiu que os machos lutassem durante dois milênios e meio para chegar a sua consolidação. Se a contagem for realizada a partir do começo do processo de mudança, pode-se dizer que o patriarcado conta com a idade de 5.203-4 anos. Se, todavia, se preferir fazer o cálculo a partir do fim do processo de transformação das relações homem-mulher, a idade desta estrutura hierárquica é de tão-somente 2.603-4 anos. Trata-se, a rigor, de um recém-nascido em face da idade da humanidade, estimada entre 250 mil e 300 mil anos. Logo, não se vivem sobrevivências de um patriarcado remoto; ao contrário, o patriarcado é muito jovem e pujante, tendo sucedido às sociedades igualitárias (SAFFIOTI, 2004, p. 60).

Para além disso, destaca-se, ainda, a descoberta de que o homem desempenhava papel tão importante quanto o da mulher na geração de uma nova vida, “[...] o que dá mais poder aos homens, permitindo-lhes a implantação de um regime de dominação-exploração das mulheres” (SAFFIOTI, 2004, p. 59). No momento anterior a este, embora as mulheres não gozassem de mais poder do que os homens, elas eram consideradas seres fortes e mágicos pela sua capacidade de dar à luz, presumivelmente sozinhas. No momento em que este processo é desvendado, as mulheres perdem seu *status* de relevância social.

Para Kergoat (2009) a divisão sexual do trabalho se caracteriza pela destinação

prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva. Ao mesmo tempo, os homens ocupam funções de forte valor social, como políticas, religiosas e militares. Nas palavras da autora:

Essa forma de divisão social do trabalho tem dois princípios organizadores: o da separação (existem trabalhos de homens e outros de mulheres) e o da hierarquização (um trabalho de homem 'vale' mais do que um de mulher). Eles são válidos para todas as sociedades conhecidas, no tempo e no espaço, o que permite, segundo alguns (Héritier-Augé, 1984), mas não segundo outros (Peyre e Wiels, 1997), afirmar que existem dessa forma desde o início da humanidade (KERGOAT, 2009, p. 67-68).

Kergoat ainda ressalta o significado político do surgimento dos estudos acerca da divisão sexual do trabalho, na medida em que, uma vez que se compreende as práticas sexuadas como construções sociais, resultado de relações sociais, é possível contrapor a chamada ideologia naturalista que reduz as práticas sociais a papéis naturais de cada sexo. Assim:

[...] problematizar em termos de divisão sexual do trabalho não remete a um pensamento determinista; ao contrário, trata-se de pensar a dialética entre invariantes e variações, pois, se supõe trazer à tona os fenômenos da reprodução social, esse raciocínio implica estudar ao mesmo tempo seus deslocamentos e rupturas, bem como a emergência de novas configurações que tendem a questionar a própria existência dessa divisão (KERGOAT, 2009, p.68).

Neste sentido, a autora destaca o protagonismo das pesquisadoras feministas na elaboração da concepção de divisão sexual do trabalho e destaca que, para além de um debate epistemológico, trata-se de um debate que demarca uma posição política.

O Serviço Social como profissão inserida no contexto da forma social capitalista tem nessa sociabilidade sua gênese e desenvolvimento, constituindo-se como uma especialização do trabalho coletivo cujas possibilidades e limites de sua intervenção são conformados pela dinâmica dessa sociedade e, ao mesmo tempo, é nela que suas demandas ganham concretude. O trabalho profissional, por isso, só pode ser compreendido no processo de produção e reprodução da totalidade da vida social, o que implica considerar as determinações da base material, mas também a reprodução espiritual e as formas de consciência engendradas na sociedade burguesa. O trabalho profissional na medida em que se processa no terreno das relações sociais precisa concebê-las em todas as suas dimensões, quais sejam, social, política, econômica, cultural, vinculadas a questões étnico-raciais e de gênero, etc.

Nesse sentido, considerando o contexto da sociedade brasileira, o projeto ético-político da profissão e as demandas decorrentes das relações de exploração e de dominação

próprias da ordem capitalista, os(as) profissionais de serviço social são constantemente desafiados teórica e politicamente a formular respostas em face de um conjunto cada vez mais amplo e complexo de necessidades sociais, dentre as quais aquelas relacionadas à dominação de gênero, demandas que se traduzem nas pautas do movimento feminista em toda a sua diversidade. Para que estas demandas sejam compreendidas e para que respostas profissionais a elas direcionadas sejam formuladas, os(as) assistentes sociais se desafiam a investigá-las. É por isso que diante das exigências da realidade os(as) profissionais da área têm se ocupado dos debates sobre as relações de gênero e feminismo, o que se traduz em iniciativas de produção do conhecimento, a partir de diferentes matrizes explicativas.

Dito isso e após a discussão acerca dos principais dilemas no campo teórico e político do debate de gênero e feminismo, passaremos, no capítulo seguinte, a discutir a produção científica do Serviço Social sobre essas temáticas no último quadriênio.

### 3 A PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE GÊNERO E FEMINISMO NO INTERIOR DA CATEGORIA: Identificando tendências e divergências

A fim de analisar a produção acadêmica do Serviço Social brasileiro sobre a temática no período compreendido entre 2015 e 2018, foram levantados todos os programas de pós-graduação em serviço social, política social e políticas públicas do Brasil. As informações foram obtidas através do Relatório da Avaliação Quadrienal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, segundo o qual existem 32 programas nessas áreas. Num segundo momento, procedemos o levantamento dos programas de pós-graduação nas referidas áreas que possuem periódicos disponíveis em sua versão online, através de consulta às páginas institucionais de cada um dos programas. Como resultado, foram encontrados 17 periódicos.

Na sequência, utilizando a combinação dos descritores gênero e feminismo, foram levantados os artigos publicados em cada periódico, dentro do referido período, sendo encontrado um total de 18 artigos. Os 18 artigos analisados que compõem a amostra são identificados conforme Quadro 1 a seguir.

Quadro 1: Artigos publicados nos periódicos ligados a programas de pós-graduação em Serviço Social, Política Social e/ou Políticas Públicas do Brasil no quadriênio 2015-2018

<b>Título do artigo</b>	<b>Autor(es)</b>	<b>Título do Periódico</b>	<b>Palavras-Chave</b>
Direitos humanos e violência contra as mulheres: uma luta contra a sociedade patriarcal-racista-capitalista	Mirla Cisne	Serviço Social em Revista	Direitos humanos; Violência contra as mulheres; Patriarcado; Racismo.
Violência contra a mulher e a lei Maria da Penha: desafios na sociedade patriarcal-racista-capitalista do Estado brasileiro	Mirla Cisne, Giulia Maria Jenelle Cavalcante de Oliveira	Serviço Social em Revista	Patriarcado. Violência contra mulher. Lei Maria da Penha.
Articulações entre marxismo e feminismo: ontem e hoje	<i>Maria Cecilia Espasandín</i>	Katálysis	Feminismo. Marxismo. Teoria social.
Questões e tensões: alguns paradoxos do feminismo	<i>Mayara Lustosa Silva Pessoa, Josefa Lusitânia de Jesus Borges</i>	Katálysis	Paradoxos. Feminismo. Divergências. Teoria feminista.
O feminicídio e a legislação brasileira	<i>Suzanny Mara Jobim de Souza</i>	Katálysis	Feminicídio. Gênero. Políticas públicas. Feminismo.

Aborto inseguro: um retrato patriarcal e racializado da pobreza das mulheres	<i>Mirla Cisne, Giulia Maria Jenelle Cavalcante de Oliveira, Viviane Vaz Castro</i>	Katálisis	Aborto. Sexagem. Patriarcado. Racismo. Classe social.
Políticas para mulheres e lutas feministas: os paradoxos da proteção social	<i>Ana Lole, Carla Cristina Lima de Almeida</i>	Argumentum	Mulheres – Condições sociais - Brasil. Relações de gênero. Feminismo. Familismo. Política social.
Feminismo e autonomia: organização feminista em Natal/RN	<i>Lissa Crisnara Nascimento</i>	Argumentum	Feminismo. Autonomia. Organização de mulheres.
O “protagonismo” das mulheres nas políticas e programas sociais nos governos Dilma	<i>Emilly Marques Tenorio</i>	Argumentum	Política social. Mulheres. Empoderamento. Autonomia. Governo Dilma.
Construções de gênero na década de 1950: conformismos e subversidade	<i>Fernanda Chiozzini Martins-Suarez, Rita de Cássia Pereira Farias</i>	Gênero	feminismo; gênero; O Sorriso de Mona Lisa.
Feminismos e ensino de ciências: análise de imagens de livros didáticos de Física	<i>Katemari Rosa, Maria Ruthe Gomes da Silva</i>	Gênero	feminismo; ensino de ciências; livro didático.
Um olhar sobre o fenômeno da maternidade naturalista: refletindo sobre o processo de maternagem	<i>Camilla Araújo Lopes Vieira, Alana Aragão Ávila</i>	Gênero	maternidade; feminismo; gênero.
Rosana Paulino: Arte, crítica, subjetividade	<i>Gustavo Dionísio, Gisele Sugawara</i>	Gênero	arte afro-brasileira; subjetividade; etnicidade.
História do Serviço Social – resgatando uma história de mulheres	<i>Rita Freitas, Nivia Barros, Adriana Mesquita, Irias das Silva</i>	EM PAUTA Teoria Social e Realidade Contemporânea	história do Serviço Social; feminismo; gênero e história das mulheres.
Mundo do trabalho, gênero e políticas públicas: o papel do feminismo estatal nessa relação	<i>Barby de Bittencourt Martins</i>	Revista de Políticas Públicas	Feminismo estatal. Políticas Públicas. Trabalho. Gênero.
Feminismo, gênero e políticas públicas: desafios para fortalecer a luta pela emancipação	<i>Lourdes de Maria Leitão Nunes Rocha</i>	Revista de Políticas Públicas	Feminismo, gênero, políticas públicas para as mulheres, emancipação.
Feminismo em tempos de barbárie: as mulheres e o desafio na reinvenção da organização política	<i>Silvane Magali Vale Nascimento</i>	Revista de Políticas Públicas	Barbárie, feminismo, alienação e consciência.
Sub-representação das mulheres no Brasil: um debate sob a ótica do feminismo	<i>Maria Mary Ferreira</i>	Revista de Políticas Públicas	Poder, gênero, feminismo, ação política, Brasil.

Fonte: Periódicos da área de serviço social com vinculação a Programas de Pós-Graduação em Serviço Social,

Política Social e/ou Políticas Públicas. Elaboração: Christiane dos Santos Luciano.

Desse universo, a regional da ABEPSS que concentrou o maior número de produções foi a Leste<sup>1</sup>, com oito artigos veiculados nos periódicos *Argumentum*, ligado ao Programa de Pós-graduação em Política Social, da Universidade Federal do Espírito Santo, na *Revista Gênero*, ligada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal Fluminense e na revista *Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea*, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

A regional Sul I<sup>2</sup> contou com seis artigos publicados no período, nos periódicos *Serviço Social em Revista*, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina e na revista *Katálysis*, ligada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina.

Por fim, a regional Norte<sup>3</sup> contou com quatro artigos publicados na *Revista de Políticas Públicas*, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão. No período supracitado não foram identificadas publicações acerca de gênero e feminismo em periódicos vinculados a programas de pós-graduação das regionais Nordeste<sup>4</sup>, Sul II<sup>5</sup> e Centro-oeste<sup>6</sup>.

Outro aspecto que ressaltamos diz respeito à distribuição dessas publicações ao longo dos anos compreendidos em nossa análise. O ano de 2018 foi aquele com mais publicações acerca da temática, totalizando dez artigos. O ano de 2017 somou quatro artigos, 2015, três artigos e 2016 apenas um. Isso nos permite afirmar que, pelo menos na periodicidade indicada, a temática tem ganhado maior atenção por parte dos(as) profissionais, sendo que, em relação ao ano de 2015, no ano de 2018 constatou-se um crescimento de aproximadamente 140%.

A seguir faremos uma análise sobre as matrizes teóricas explicitadas nos debates sobre os temas, notadamente sobre as categorias teóricas norteadoras dessa pesquisa (gênero/sexo e patriarcado, feminismo, trabalho e a articulação entre gênero/sexo, raça/etnia e classe social) e outras questões de relevância problematizadas pelos(as)

---

<sup>1</sup> Composta pelos estados Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo.

<sup>2</sup> Composta pelos estados Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

<sup>3</sup> Composta pelos estados Acre, Roraima, Amapá, Rondônia, Pará, Tocantins, Piauí, Maranhão e Amazonas.

<sup>4</sup> Composta pelos estados Ceará, Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte.

<sup>5</sup> Composta pelos estados São Paulo e Mato Grosso do Sul.

<sup>6</sup> Composta pelos estados Mato Grosso, Goiás e Distrito Federal.

autores(as) dos 18 artigos selecionados.

### 3.1 O debate acerca da categoria trabalho nas elaborações sobre as relações de gênero

Acerca da discussão sobre a categoria trabalho, identificou-se três principais abordagens. Na primeira delas realiza-se o debate a partir da divisão sexual do trabalho. Nesse âmbito, autoras como Cisne (2015)<sup>7</sup>, bem como Cisne e Oliveira (2017)<sup>8</sup> afirmam que esta divisão constitui um dos pilares estruturantes do patriarcado. Para Cisne (2015), a divisão sexual do trabalho não se expressa apenas por uma atribuição diferenciada de atividades consideradas masculinas ou femininas, mas também na desigualdade no acesso aos meios de produção, ao trabalho e à riqueza por meio dele produzida, o que acarreta na valorização dos postos de trabalho considerados masculinos enquanto os considerados femininos são desvalorizados e alguns sequer considerados trabalho, como o trabalho doméstico.

Nessa mesma direção, Freitas *et al.* (2018)<sup>9</sup> discorrem sobre a divisão social e técnica do trabalho, para, no interior dessa divisão, localizar o surgimento do serviço social, especificamente como uma profissão feminina. A despeito da divisão sexual do trabalho ganhar destaque nas análises relacionadas ao tema, Ferreira (2018)<sup>10</sup> afirma que a divisão sexual se estabelece em diversas esferas e, dentre elas, a do trabalho.

Já Martins (2018)<sup>11</sup> e Nascimento (2018)<sup>12</sup> realizam o debate acerca da posição subalternizada das mulheres no mercado de trabalho a partir da divisão sexual do trabalho. Para Martins (2018), esta divisão está alicerçada nas relações de sexagem. Nesse sentido, a autora afirma que

Até determinado momento pensou-se que a conquista de maior espaço no mercado de trabalho seria suficiente para dirimir as desigualdades de

---

<sup>7</sup> CISNE, Mirla. Direitos Humanos e Violência Contra as Mulheres: Uma Luta Contra a Sociedade Patriarcal-Racista-Capitalista. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 18, n. 1, p.138-154, jul./dez. 2015.

<sup>8</sup> CISNE, Mirla; OLIVEIRA, Giulia Maria Jenelle Cavalcante de. Violência Contra a Mulher e a Lei Maria da Penha: Desafios na Sociedade Patriarcal-Racista-Capitalista do Estado Brasileiro. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 20, n. 1, p.77-96, jul./dez. 2017.

<sup>9</sup> FREITAS, Rita et al. História do Serviço Social: resgatando uma história de mulheres. **Revista Em pauta**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 42, p.228-246, jul./dez. 2018.

<sup>10</sup> FERREIRA, Maria Mary. Sub-representação das mulheres no Brasil: um debate sob a ótica do feminismo. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 22, p.775-792, 2018. Número especial da VIII Joinpp.

<sup>11</sup> MARTINS, Barby de Bittencourt. Mundo do trabalho, gênero e políticas públicas: o papel do feminismo estatal nessa relação. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 20, n. 2, p.1121-1138, jul./dez. 2018.

<sup>12</sup> NASCIMENTO, Silvane Magali Vale. Feminismo em tempos de barbárie: as mulheres e o desafio na reinvenção da organização política. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 22, p.831-849, 2018. Número especial da VIII Joinpp.

gênero no mundo do trabalho. Entretanto, verificou-se que essa inserção não diminuiu as diferenças de gênero e ainda evidenciou desigualdades em outros campos, a exemplo do espaço doméstico/reprodutivo onde as mulheres dispõem mais horas de atividades do que os homens (MARTINS, 2018, p.1123)

Nascimento (2018) discute a divisão sexual do trabalho como sustentáculo da acumulação do capital e elemento que produz a alienação da mulher, à medida em que a subjugada à esfera da reprodução, excluindo-a da esfera da produção. É nesse sentido que Nascimento (2018) afirma que não por acaso, o movimento feminista tem na luta pelo reconhecimento ao trabalho uma das suas históricas bandeiras de lutas. Nas palavras da autora,

O capitalismo precisa da divisão social do trabalho para exercer a exploração e a dominação. Mas não basta. Precisa também da divisão sexual do trabalho. Tanto a divisão social quanto a divisão sexual aparecem como naturais dentro da ordem social, daí a necessidade da ideologia para cuidar dos ensinamentos que darão conta de uma compreensão de mundo de forma a-critica servindo aos interesses do capital (NASCIMENTO, 2018, p.848).

A respeito dessa concepção, julgamos importante problematizar a relação entre os processos de produção e reprodução da vida, que não devem ser tomados como independentes, mas como complementares e articulados.

Uma segunda abordagem da categoria trabalho é realizada por Espasandín (2018)<sup>13</sup> que, por sua vez, desenvolve uma discussão ontológica do trabalho a partir de uma concepção lukácsiana acerca dessa categoria. Nessa direção, o compreende como uma relação entre o ser humano e a natureza orientada por uma posição teleológica com o objetivo de transformar objetos naturais em valores de uso. Segundo esta concepção, nas formas evoluídas da práxis social, os atos teleológicos não buscam somente realizar uma transformação da natureza, mas se propõem a exercer também influência sobre a consciência de outros seres humanos. Nesse sentido, o trabalho se distingue de outras formas de atividade, porém é modelo de toda práxis social, pois contém a forma originária de posições teleológicas que no curso da história terão um desenvolvimento mais complexo.

A partir dessa perspectiva a autora propõe, portanto, discutir as diversas formas de práxis social, nelas incluídas as relações de dominação e exploração das mulheres pelos homens a partir da concepção do trabalho como categoria fundante do ser social.

---

<sup>13</sup> ESPASANDÍN, María Cecilia. Articulaciones entre marxismo y feminismo: ayer y hoy. *Katálysis*, Florianópolis, v. 31, n. 3, p.584-593, set./dez. 2018.



Por fim, uma terceira abordagem se identifica em autoras como Rosa e Silva (2015)<sup>14</sup> que, diferentemente de Martins (2018) e Nascimento (2018), realizam o debate sobre a condição das mulheres a partir de sua inserção subalterna no mercado de trabalho, conformada pela sua também exclusão dos ambientes de educação formal, sem, contudo, relacionar essa subalternidade à discussão mais ampla acerca da divisão sexual do trabalho. Em Vieira e Ávila (2018)<sup>15</sup> encontra-se discussão similar, ao pontuarem a posição desigual das mulheres no âmbito do trabalho ao discutirem o movimento denominado maternidade naturalista, que surge em contraponto à maternidade científica. Nessa mesma direção, Dionísio e Sugawara (2018)<sup>16</sup> afirmam que a esfera do trabalho está permeada de misoginia. Nessa abordagem, não se discute o trabalho como categoria ontológica, nem sua divisão sexual, mas a forma que assume em uma formação social particular, a capitalista.

Das fontes consultadas é possível identificar - na relação entre trabalho e gênero - que parte dos(as) autores(as) contemplam o debate do trabalho no sentido ontológico, como atividade fundante do ser social e pela qual esse ser se desenvolve e, ao mesmo tempo, se voltam para as discussões relativas às formas de inserção das mulheres no mercado de trabalho capitalista, marcado por uma divisão sexual e por formas subalternas dessa inserção.

Cabe destacar que constatamos, a partir das publicações analisadas, a necessidade de aprofundamento da discussão sobre a categoria trabalho no que diz respeito à exploração da força de trabalho conformada como mercadoria no interior da ordem social capitalista.

### **3.2 As distintas concepções acerca da categoria patriarcado e do processo de construção social do gênero**

Cisne (2015), Tenorio (2017)<sup>17</sup> e Cisne e Oliveira (2017), baseando-se nas elaborações do feminismo materialista francófono defendem a concepção de relações sociais de sexo em detrimento ao conceito de gênero, debate já abordado no primeiro capítulo deste trabalho. Contudo, aqui, merece relevo o fato de que a principal distinção

---

<sup>14</sup> ROSA, Katemari; SILVA, Maria Ruthe Gomes da. Feminismos e ensino de ciências: análise de imagens de livros didáticos de Física. *Gênero*, Niterói, v. 16, n. 1, p.83-104 jul./dez. 2015.

<sup>15</sup> VIEIRA, Camilla Araújo Lopes; ÁVILA, Alana Aragão. Um olhar sobre o fenômeno da maternidade naturalista: refletindo sobre o processo de maternagem. *Gênero*, Niterói, v. 18, n. 2, p.26-47 jan./jun. 2018.

<sup>16</sup> DIONÍSIO, Gustavo; SUGAWARA, Gisele. Rosana Paulino: arte, crítica, subjetividade. *Gênero*, Niterói, v. 19, n. 1, p.148-167 jul./dez. 2018.

<sup>17</sup> TENORIO. Emilly Marques. O “protagonismo” das mulheres nas políticas e programas sociais nos governos Dilma. *Argumentum*, Vitória, v. 9, n. 1, p.61-74, jan./abr. 2017.

entre essas concepções se assenta no fato de que, na perspectiva das autoras que utilizam a categoria relações sociais de sexo, o fazem por considerar a categoria gênero neutra e incapaz de explicitar o real antagonismo contido nas relações entre homens e mulheres.

As autoras compreendem a categoria patriarcado como um sistema de opressão, apropriação e exploração das mulheres que foi fundido com o capitalismo e com o racismo. Por compreender o patriarcado como um sistema, afirmam que ele se faz presente em todas as relações sociais, inclusive nas relações entre uma mesma classe. Ainda de acordo com Cisne (2015), o patriarcado “[é] funcionalmente útil para a lógica de produção e reprodução das necessidades burguesas” (CISNE, 2015, p. 140).

Cisne, Castro e Oliveira (2018)<sup>18</sup> problematizam as relações de sexagem, afirmando que tais relações estão na base da ideologia patriarcal que criminaliza as mulheres que desejam abortar, especialmente as mulheres negras e pobres, por sua condição específica de opressão. Martins (2018), na mesma direção, também utiliza dessa categoria. A concepção de relações de sexagem é desenvolvida pelas autoras com base na elaboração de Guillaumin (2014), teórica feminista francesa que descreve esse processo como a apropriação das mulheres pelos homens que abrange várias dimensões, do seu tempo, seu trabalho, seu corpo e sua subjetividade, processo que concebe as mulheres como objetos para o uso e satisfação dos homens e não como sujeitos autônomos. Esse processo de apropriação ocorre tanto sobre as mulheres individualmente quanto coletivamente. Ocorre, ainda, sob o produto dos seus corpos, ou seja, seus filhos.

A concepção acerca do gênero como construção social se faz presente em autoras como Pessoa e Borges (2018)<sup>19</sup>, que destacam a relevância do surgimento da categoria gênero para demarcar a concepção de que as diferenças entre homens e mulheres não são determinadas biologicamente, mas resultado de um processo socialmente construído. Apontam ainda a utilização deste conceito como tática para adentrar o meio acadêmico, por se tratar de um termo melhor aceito pela comunidade científica. Localizam três tendências distintas dentro desse debate, baseadas no pensamento de Scott:

A primeira, um esforço inteiramente feminista que tenta explicar as origens do patriarcado. A segunda se situa no seio de uma tradição marxista e procura um compromisso com as críticas feministas. A terceira, fundamentalmente dividida entre o pós-estruturalismo francês e as teorias anglo-americanas das relações de objeto, inspira-se nas várias

---

<sup>18</sup> CISNE, Mirla; CASTRO, Viviane Vaz; OLIVEIRA, Giulia Maria Jenelle Cavalcante de. Aborto Inseguro: Um Retrato Patriarcal e Racializado da Pobreza das Mulheres. *Katálysis*, Florianópolis, v. 21, n. 3, p.452-470, set./dez. 2018.

<sup>19</sup> PESSOA, Mayara Lustosa Silva; BORGES, Josefá Lusitânia de Jesus. Questões e Tensões: Alguns Paradoxos do Feminismo. *Katálysis*, Florianópolis, v. 21, n. 3, p.544-553, set./dez. 2018.

escolas de psicanálise para explicar a produção e a reprodução da identidade de gênero do sujeito (SCOTT, 1990, p.9 apud PESSOA; BORGES, 2018, p.547).

Souza (2018)<sup>20</sup> situa a discussão afirmando que o debate sobre sexo e gênero auxilia na compreensão da postura por parte das autoridades e sociedade brasileira diante da forma mais extrema de violência contra a mulher: o feminicídio. Afirma, ainda, que a noção de sexo é admitida pela legislação brasileira para definição de crimes, citando como exemplo a Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015, a Lei do Feminicídio, que mostrou preferência pela inclusão do termo diferença de sexo em sua redação, enquanto a categoria gênero é utilizada pelo poder executivo e assimilada nos processos de elaboração de políticas públicas, como, por exemplo, as Diretrizes Nacionais contra o feminicídio.

A respeito desse movimento de incorporação pelas políticas públicas do sentido mais amplo de identidade de gênero, o identificamos como um avanço resultante das reivindicações dos movimentos feministas e LGBT.

A autora também compreende o gênero como um processo de construção social dos sujeitos e ainda afirma, baseando-se na obra *O Segundo Sexo* de Simone de Beauvoir, que a mulher assemelha-se ao homem, ou melhor, ao menino, em sua robustez, até os 12 anos de idade e que fazer-se mulher faz parte da construção humana desse ser castrado em sua evolução rumo a uma identidade. Souza (2018) expõe as elaborações de Beauvoir, Butler e outras teóricas do gênero, identificando suas aproximações e afastamentos. Baseando-se nas ideias de Butler, afirma que

seria um paradoxo dizer que o corpo ou a miríade de corpos que constitui o domínio dos sujeitos com marcas de gênero, poderia ter existência significável anterior à marca de gênero. É preciso conceber o corpo novamente não mais como um meio ou instrumento à espera de uma vontade que o vivifique de forma imaterial (SOUZA, 2018, p.541).

Lole e Almeida (2017)<sup>21</sup> também compreendem o gênero como um conceito que surge na busca por expressar as construções sociais e históricas em torno dos sexos, tidos até então como naturais e fixos. Para as autoras os estudos de gênero permitem questionar a natureza binária atribuída aos sujeitos, descritos como femininos ou masculinos. Nesse sentido, estudos de gênero viriam problematizar a própria noção mulheres e homens, bem como enfatizar o caráter relacional dessa categoria. As autoras afirmam ainda que:

Na agenda contemporânea do feminismo e de sua construção política,

---

<sup>20</sup> SOUZA, Suzanny Mara Jobim de. O feminicídio e a Legislação Brasileira. *Katálysis*, Florianópolis, v. 31, n. 3, p.534-543, set./dez. 2018.

<sup>21</sup> LOLE, Ana; ALMEIDA, Carla Cristina Lima de. Políticas para Mulheres e Lutas Feministas: os paradoxos da proteção social. *Argumentum*, Vitória, v. 9, n. 1, p.46-60, jan./abr. 2017.

indaga-se sobre os limites teóricos do conhecimento sobre as mulheres, particularmente a centralidade da categoria gênero. Evidencia-se a restrição desse conceito frente à pluralidade das experiências – de classe, raça, sexualidade e colonialismo – e considera-se que gênero produziu uma hierarquização entre mulheres dentro do próprio feminismo (LOLE; ALMEIDA, 2017, p. 53).

A respeito da discussão sobre o patriarcado, as autoras contrapõem a concepção de Pinheiro (2008), para quem as relações entre os gêneros e os papéis sexuais na sociedade contemporânea não estão mais tão claramente definidos, o que permite sua revisão, à concepção de Saffioti (1987) e Lisboa (2014) que afirmam que, embora seja possível constatar que o patriarcado se apresenta de forma diferente, ainda não foi superado, podendo-se observar suas expressões em todos os âmbitos das relações entre os gêneros.

Ainda acerca do que denominam de paradigma do patriarcalismo que “explicaria a dominação masculina ao opor masculino/feminino e apontar privilégios e sistemas de desigualdades baseados em sexo” (LOLE;ALMEIDA, 2017, p. 52-53),as autoras afirmam que apesar de ser um debate importante para as lutas feministas, precisa ser visto com cautela, pois pode não revelar toda a complexidade social ao desconsiderar as relações de classe, raça/etnia, e gerações, nas suas intersecções com a categoria patriarcado.

Martins-Suarez e Farias (2017)<sup>22</sup>, da mesma forma,compreendem o gênero como uma categoria que serve para designar as relações sociais entre os sexos. Por rejeitar qualquer determinismo biológico, esta categoria serve para indicar as construções exclusivamente sociais dos papéis atribuídos aos homens e às mulheres. Tais papéis são concebidos como construções normativas que passam a existir na vida de um ser humano a partir do momento do seu nascimento, haja vista que, de acordo com seu sexo biológico ele é induzido a cumprir um ou outro papel. Afirmam, baseadas no pensamento de Scott (1995), que a cristalização da aceitação do lugar de cada sexo na sociedade e a legitimação da relação de hierarquia entre os gêneros são possibilitadas pela cisão e delimitação das esferas pública e privada da vida. Esse movimento ocorre em decorrência do confinamento das mulheres à esfera privada e sua exclusão da esfera pública.

As autoras expressam concordância com a perspectiva de dominação de Bourdieu (2005), segundo a qual, em uma sociedade dominada pelos homens, a simbologia do falo sustenta sua posição de superioridade em relação às mulheres. Nesse sentido, defendem a não vitimização de um sexo em detrimento de outro, pois o dominado também sofre com o fardo da responsabilidade de se constituir o provedor para sua família. A categoria

---

<sup>22</sup> MARTINS-SUAREZ, Fernanda Chiozzini; FARIAS, Rita de Cássia Pereira. Construções de gênero na década de 1950: conformismo e subversidade. *Gênero*, Niterói, v. 17, n. 2, p.151-167 jan./jun. 2017.

patriarcado não está presente na análise das autoras, mas encontra-se menção ao sexismo associado à concepção tradicional e conservadora do papel da mulher no seio da família nuclear burguesa. De outra banda, observa-se a referência a teorias que situadas no espectro do pensamento conservador (do estruturalismo construtivista) com sua ênfase no “capital simbólico” e na negação das determinações de classe e dos processos de exploração, substituídos pelas determinações dos diversos “campos” autônomos nos quais os indivíduos agem de acordo com suas pertenças (origem da família, poder aquisitivo, nível educacional, prestígio social, etc.).

Rosa e Silva (2015), por sua vez, desenvolvem análise sobre como as categorias sexo, mulher e gênero se desenvolveram ao longo do tempo. Afirmam que a palavra gênero ainda não estava presente em discursos e movimentos feministas durante o período concebido como primeira onda (final do século XIX e início do século XX) e que a expressão usada na época era mulher. O termo era utilizado como crítica à universalidade da palavra homem - empregada para se referir a todos os seres humanos. Já na segunda onda do movimento reafirmava-se a identidade da mulher, separada do homem, conferindo ao movimento uma perspectiva separatista, pois era só de mulheres, para mulheres e apenas com mulheres. As autoras pontuam que a partir da reflexão sobre as experiências de mulheres emergiram discussões em torno das experiências masculinas e, principalmente, como as experiências de vida dos dois sexos se influenciam; são relacionais. No contexto dessa discussão, termos como gênero e relações de gênero foram sendo moldadas, ampliando o pensar sobre o que é ser mulher e o que é ser homem. É nesse sentido que o termo gênero viria a contribuir para subverter uma lógica de determinismo biológico e passa-se a pensar em gênero como uma construção social.

Vieira e Ávila (2018), em direção similar, compreendem a categoria gênero como construída cotidianamente e afirmam que a partir dessas construções são designados papéis sociais que enquadram os sujeitos dotados desses gêneros através de afinidades de cunho natural que seriam tomados como parte inata dos sujeitos. As autoras centram a discussão de gênero no fenômeno da maternidade e na feminilidade e atribuem ao processo de transição da Idade Média à Modernidade a modificação das formas de pensar as diferenças entre os gêneros, pontuando que a partir do século XVIII essas diferenças passam a ser atribuídas à dimensão sexual. Vieira e Ávila (2018) adotam, ainda, a formulação de Alves (2014) acerca do patriarcado de Estado:

O poder do Estado sobre o corpo social, como afirma Foucault (1979), na verdade é exercido sobre o próprio corpo dos indivíduos. Assim,

entendemos o corpo da mulher, nesse cenário, como instrumento para a consolidação de um processo de eugenia buscando a produção de sujeitos sadios e competentes para a perpetuação da sociedade (VIEIRA; ÁVILA, 2018, p.32).

Dionísio e Sugawara (2018) afirmam que, ao final da década de 60, os estudos de gênero viriam a proporcionar às mulheres uma maior liberdade para sair do espaço doméstico e conquistar outros, dentre eles o artístico. Compreendem o gênero a partir da perspectiva de Butler como uma categoria identificatória cujo estatuto é senão fabricado pela sociedade e de Scott para quem o gênero não é um guia para categorizar estatísticas de identidade sexuada, mas para criar diálogo criativo entre imaginação, regulação e transgressão nas sociedades e culturas que estudamos. Os autores utilizam as categorias patriarcado, misoginia e falocentrismo, porém sem aprofundar suas concepções acerca delas.

Freitas *et al.* (2018) compreendem o sexismo e o machismo como a crença naturalizada de que as características biológicas justificam a diferenciação social entre homens e mulheres, resultando na subordinação da mulher e no empoderamento masculino. Desse modo o machismo se perpetua a partir da compreensão de que os homens são naturalmente superiores às mulheres e entendem o conceito de gênero como tendo como uma de suas contribuições exatamente a desnaturalização dessas diferenças. Baseadas na concepção de Michelle Perrot (1991) desenvolvem o conceito do sair moral, que é compreendido como a fuga dos papéis de gênero, que ressignifica os espaços antes reservados às mulheres e estabelece novas formas de socialização dos seres humanos. Nesse sentido, a saída das mulheres do âmbito meramente privado de cuidado da casa e da família e seu direcionamento à esfera pública, ainda que para executar profissões ligadas à imagem do feminino, representou a saída das mulheres de seus cotidianos de gênero. Dessa forma, numa conjuntura social, política e econômica que não permitia às mulheres o mundo público, o simples fato de ingressar em uma profissão trouxe consigo um conjunto de rupturas e revoluções.

As autoras ainda pontuam que um dos principais legados dos estudos de gênero foi a vinculação entre a produção do conhecimento e a prática do movimento feminista, o que contribuiu para dar visibilidade às mulheres dentro e fora da academia. Tendo seu estudo focado no histórico de surgimento e consolidação do serviço social como uma profissão feminina, destacam a relevância das reflexões acerca do gênero para pensar a profissão, bem como os usuários atendidos por ela.

Para Nascimento (2018), a socialização entre os sexos impõe a forma de ser mulher

e de ser homem, com base em relações de poder (econômico, social, político). Essas relações são determinadas historicamente, e, no capitalismo, elas se reafirmam em desigualdade mais do que em qualquer período da história.

Ferreira (2018, p.780), por fim, realiza a discussão acerca das relações de gênero a partir da categoria patriarcado, ao defini-lo como um conceito que “[...] explica a sujeição das mulheres tendo como princípio o exercício do poder dos homens, construído a partir das relações de dominação”. A autora ainda compreende o patriarcado como um sistema de dominação e exploração das mulheres pelos homens, que abrange o controle da sexualidade das mulheres, perpassando sua coisificação e subjugação em âmbito público e privado e anulado sua participação nas esferas social e política. Ferreira (2018) centra sua discussão na sub-representação das mulheres na política brasileira e, nesse sentido, afirma que o conceito de patriarcado torna possível compreender como as diferenças sexuais são convertidas em diferenças políticas.

Baseando-se na perspectiva de Saffioti (2004), a autora chama atenção para o fato de que muitas feministas deixaram de utilizar a categoria patriarcado articulada com o gênero, e, nesse sentido, reitera a importância de explicar a submissão das mulheres a partir da ordem patriarcal de gênero.

Em síntese, no conjunto dos artigos analisados identificamos a presença de algumas convergências e divergências. Foi possível constatar que a concepção da categoria gênero como explicativa do processo de construção social dos papéis e lugares atribuídos a homens e mulheres na sociedade, em oposição às explicações que atribuíam as diferenças entre homens e mulheres a características biológicas e naturais de cada sexo é predominante.

Entretanto, entre os autores que reivindicam o uso da categoria gênero localizamos distintas abordagens. Se por um lado, parte dos autores utiliza as categorias gênero e patriarcado de maneira articulada, existem aqueles que não fazem menção à categoria patriarcado e, mesmo quando o fazem, não aprofundam a definição dessa categoria. Identificou-se, ainda, a presença de questionamento acerca das limitações dessas categorias em realizar articulação com outras como raça/etnia, sexualidade, geração, etc. Ainda no interior desse grupo de autores, verificou-se a discussão acerca da dualidade entre as categorias de gênero e sexo, predominando a concepção de que ambas resultam de um processo de construção social.

Em campo oposto ao supracitado, localizam-se as autoras que se referenciam nas elaborações do feminismo materialista francês e, baseado-se em autoras como Kergoat e Guillaumin, demarcam preferência pela utilização da categoria relações sociais de sexo em

detrimento de gênero.

### **3.3 O horizonte dos movimentos feministas determinado por diferentes perspectivas teóricas e políticas**

Um importante debate identificado nas produções diz respeito à articulação entre marxismo e feminismo. Tal elaboração está presente em Espasandín (2018) ao dialogar com o pensamento de autoras como Shulamith Firestone, precursora do feminismo radical, apontando que suas contribuições partem da utilização do método materialista histórico para se debruçar sobre a questão da opressão das mulheres. De acordo com Espasandín (2018), as análises apresentadas tanto pelas diversas teóricas feministas, quanto pelas esquerdas e pelo marxismo eram insuficientes para desvendar as raízes desta opressão, tarefa à qual Firestone se propõe.

Espasandín identifica uma analogia da teoria feminista radical com a tese marxista: “[...] se a revolução socialista se dirige à eliminação da distinção de classes (e não somente à eliminação dos privilégios de uma classe), então a revolução feminista se dirige à eliminação da distinção de sexo (e não somente à eliminação dos privilégios masculinos)” (ESPASANDÍN, 2018, p.585, tradução nossa).

Espasandín explica que Firestone concebe as relações de gênero como um antagonismo das classes sexuais, baseado na diferença biológica. Segundo a autora, “sua ênfase [de Firestone] na diferença biológica para explicar a dialética do sexo dá lugar a interpretações essencialistas” (ESPASANDÍN, 2018, p.585, tradução nossa). Se a diferença biológica foi a única responsável pelo estabelecimento de relações hierárquicas entre os sexos, então a solução para esta questão residiria na supressão desta base biológica. A proposta de Firestone é de libertação da mulher da sua responsabilidade reprodutiva, a partir da abolição da família biológica e da heterossexualidade compulsória.

Espasandín (2018) menciona, paradoxalmente, uma suposta aproximação de Firestone com o marxismo, através de sua aposta no desenvolvimento técnico para a superação da condição de opressão das mulheres. Nas palavras da autora: “[...] embora atribua à natureza biológica a determinação fundante das relações sociais, [Firestone] coloca na natureza social a possibilidade de transformá-las” (ESPASANDÍN, 2018, p.586, tradução nossa). Para Espasandín, Firestone se aproxima da interpretação marxista quando assume que a natureza social é capaz de fazer retroceder as barreiras naturais, na medida em que o homem domina a natureza e a manipula para construir sua própria história.



Entretanto, tal aproximação apresenta um limite claro: “[...] para Marx, o retrocesso das barreiras naturais não implica sua eliminação; para Firestone, se trata da supressão da base biológica” (ESPASANDÍN, 2018, p.586, tradução nossa).

Estas concepções teóricas que colocam no centro do debate a relação entre marxismo e feminismo apontam para a dimensão de classe no âmbito das lutas feministas. Nesse sentido, pensamos que essa questão se relaciona (mas não necessariamente está presente) no conjunto das reflexões que tomam como objeto os movimentos feministas em suas variadas perspectivas.

Nesse corolário, um aspecto identificado nos artigos que nos serviram de fonte de pesquisa diz respeito à classificação dada pelas diferentes autoras aos períodos atravessados pelo movimento feminista tanto nacional quanto internacionalmente. Pessoa e Borges (2018) comparam a elaboração de Duarte (2003) que expõe a história feminista brasileira dividida em quatro principais momentos, denominados ondas, à elaboração de Fraser (2007) que identifica três momentos do desenvolvimento do movimento feminista internacional, relacionando-o ao processo de desenvolvimento econômico global.

As autoras localizam três paradoxos no interior do movimento feminista. O primeiro deles diz respeito ao chamado dilema da diferença, que buscaria responder ao impasse entre reivindicar igualdade no trato para ambos os sexos ou buscar o reconhecimento das diferenças, com tratamento preferencial numa perspectiva compensatória. O segundo paradoxo, segundo as autoras em comento, diz respeito ao debate de identidade no interior do feminismo, o que remete à discussão sobre a existência de uma concepção universal de mulher. Sobre essa questão, assumem a perspectiva de que a condição de subordinação feminina, por ser um elemento global, seria o eixo unificador das distintas experiências e especificidades vivenciadas nos diferentes países. Por fim, o terceiro paradoxo consiste na relação entre as esferas pública e privada da vida das mulheres. Nesse sentido, problematizam-se as funções de produção e reprodução da vida, utilizando-se a máxima elaborada pelo feminismo radical, de que o pessoal é político e sem conceber uma contradição entre os âmbitos público e privado da vida.

Por sua vez Nascimento (2015)<sup>23</sup> realiza o debate sobre a auto-organização das mulheres situando o fenômeno no processo de consolidação do feminismo socialista, no século XIX. Acerca do movimento feminista no Brasil, baseia-se em Souza-Lobo (2010) ao demarcar três momentos de sua prática:

---

<sup>23</sup>NASCIMENTO, Lissa Crisnara Silva do. Feminismo e Autonomia: Organização Feminista em Natal/RN. *Argumentum*, Vitória, v. 7, n. 1, p.152-166, jan./jun. 2015.

1o - Articulação das lutas contra as formas de opressão das mulheres e as lutas pela redemocratização (década de 1970) – o Estado era o inimigo comum dos movimentos; 2o - Reorganização partidária e descaracterização das práticas autônomas dos movimentos (de 1980 a 1982), no qual o discurso feminista invade os discursos partidários, mas as práticas autônomas são reduzidas; e 3o - Ocupação de novos espaços governamentais pelos movimentos, o que gera polarização entre as feministas que queriam ocupar esses espaços e as que insistiam na exclusividade dos movimentos como espaços das feministas (NASCIMENTO, 2015, p.155).

A autora centra sua análise acerca dos movimentos feministas brasileiros a partir da discussão sobre o processo de institucionalização que estes movimentos sofreram a partir da década de 1980, através da cooperação entre as Organizações Não Governamentais (ONGs) feministas, o Estado e os organismos internacionais. A respeito deste processo, Nascimento (2015) afirma que houve resistência por parte dos setores que concebiam a luta feminista através de ações mais radicais e combativas e que os movimentos, ao se institucionalizarem, se distanciaram de um trabalho de base e suas ações passaram a reproduzir uma hierarquização e centralização das decisões. Outra consequência destacada pela autora foi a perda de autonomia dos movimentos feministas, à medida em que passaram a balizar suas ações de forma atrelada aos interesses governamentais. Para a autora, a retomada de uma postura autônoma e combativa do movimento feminista brasileiro só pode ser garantida através de sua desvinculação dos aparelhos do Estado.

A análise acerca do processo de institucionalização dos movimentos feministas brasileiros também está presente em Martins (2018). Podendo ser também chamado de mecanismos institucionais de gênero ou agências de igualdade de gênero, referem-se a atores institucionais que claramente carregam e defendem as bandeiras do feminismo cuja atuação surge a partir da década de 1970 em diversos países. Entretanto, segundo a autora, somente num cenário de estabilidade política, abertura democrática e com baixa influência de uma política conservadora é que a existência desses mecanismos institucionais torna-se viável. Martins (2018) indica que este processo está vinculado à consolidação dos movimentos feministas no período cunhado como redemocratização, período posterior aos diferentes regimes ditatoriais estabelecidos na América Latina e ressalta sua importância para a elaboração de políticas públicas com recorte de gênero. Uma das limitações apresentadas sobre essa tática, entretanto consiste no cerceamento do caráter autônomo que os movimentos feministas são capazes de desenvolver em sua relação institucional no interior do Estado.

Já Rosa e Silva (2015) concebem a história do feminismo como dividida em três

ondas, sendo a primeira iniciada no final do século XIX e início do século XX, quando mulheres se organizaram para lutar por seus direitos, sendo o direito ao voto o que mais se popularizou. A segunda onda focava principalmente no combate às desigualdades sociais e culturais, dando prioridade às lutas pelo corpo, por prazer e indo contra o patriarcado, sem deixar de lado a luta por direitos políticos, econômicos e sociais. Já a terceira onda, que teve início na década de 1990, vindo até a atualidade, aparece como um questionamento dentro do próprio feminismo sobre quais mulheres eram as que estavam representando o feminismo e sobre quem eram as representadas. Tratou-se de um questionamento ao chamado feminismo mainstream, protagonizado por mulheres brancas, de classe média e intelectualizadas. A terceira onda pode ser resumida, nas palavras das autoras, como

um feminismo que [levava] em consideração as desigualdades resultantes das intersecções entre geração, raça, orientação sexual, situação econômica, escolaridade etc. Nesse sentido, pensar-se feminista [era] mais do que pensar em direitos para mulheres – ou para mulheres brancas e de classe média (ROSA; SILVA, 2015, p.88).

Para Rosa e Silva (2015) os chamados feminismos atuais se colocam como formas de combater a opressão e as desigualdades de mulheres ou homens. As autoras ainda analisam como o feminismo adentrou o espaço da academia e promoveu mudanças em distintos campos disciplinares, a exemplo da sociologia e antropologia, com destaque para sua influência nos campos da educação e do pensamento científico.

Vieira e Ávila (2018) situam a discussão sobre o movimento feminista ao tratarem de como os períodos denominados primeira e segunda onda trataram da questão da maternidade. Nessa direção afirmam que, enquanto a primeira onda via na negação da maternidade uma tática de libertação das mulheres da dominação masculina, a segunda onda enfatizava as diferenças entre os sexos e, portanto, considerava a maternidade uma qualidade feminina exaltável. Esse teria sido o momento em que o feminismo deixou de ver a maternidade como um defeito natural e a evocou como parte da identidade e poder femininos.

Dionísio e Sugawara (2018) fazem menção à terceira onda do feminismo (década de 1960) como o momento a partir do qual as mulheres ganharam um espaço mais significativo no mundo das artes. Pontuam, ainda, que a partir dos anos 1980 o feminismo passou a ampliar ainda mais o debate sobre a identidade sexual a partir de teorias construtivistas, em que o gênero também é interpretado como processo cultural, sendo também o período marcado pela organização do movimento feminista negro. Ademais, os

autores ressaltam a importância, no campo das artes, da articulação do movimento feminista negro com as produções artísticas que discutem sobre o racismo para a promoção do debate crítico sobre a temática de raça/etnia no país.

Freitas *et al.* (2018) também discorrem sobre a história do movimento feminista brasileiro levando em conta os períodos denominados ondas. Discutem particularmente o período da primeira metade do século XX (que classificam como primeira onda) por ser o período em que surge o Serviço Social brasileiro.

Outra posição presente na maioria dos artigos analisados diz respeito à constatação de que falar do movimento feminista significa reconhecer que esse movimento não é homogêneo. Nesse sentido, reivindica-se a concepção de feminismos, no plural, mesmo quando se utiliza o termo no singular. Nessa direção, Pessoa e Borges (2018) partem da concepção de Saffioti (1987) ao compreenderem o feminismo como um movimento composto de uma diversidade de matrizes teóricas e políticas. Acerca das diferentes tendências políticas surgidas no interior do movimento feminista afirmam que, embora haja diferentes perspectivas como a liberal, socialista, radical, pós-moderna, entre outras, (que inclusive se configuraram dessa forma a partir das condições históricas de seu tempo) os interesses inicialmente confluíram para um objetivo comum, a saber: a ampliação dos direitos da mulher. No decurso da história, entretanto, se formam dois grupos que divergem inclusive acerca da essência do movimento, pois enquanto um grupo centra sua crítica na dominação das mulheres, o outro elabora sua crítica, centralmente, à esfera da dependência econômica.

As autoras pontuam que, dada a multiplicidade de posicionamentos no interior dos movimentos feministas e dos estudos de gênero, estes campos têm se configurado como espaços interdisciplinares. Afirmam ainda que “[...] o feminismo e seus principais debates se revelam plurais e capazes de se adaptar a diferentes contextos e de representar demandas diversificadas[...]” (PESSOA; BORGES, 2018, p.551). Segundo seu entendimento, o feminismo é um movimento plural, que rejeita a escolha entre opostos e aprecia a multiplicidade, sendo capaz de abarcar diversas ambiguidades e contradições.

Rosa e Silva (2015) também concebem o feminismo como um movimento com diferentes correntes e interpretações das lutas das mulheres e indicam que tal pluralidade existe em decorrência das diferenças de classe, raça, orientação sexual, credo religioso, status socioeconômico, etc. entre as próprias mulheres. As autoras consideram impossível falar dessa pluralidade do feminismo sem analisar o contexto histórico em que suas ideias estão inseridas. Como exemplo contrapõem as lutas das mulheres brancas estadunidenses

na década de 1950 às lutas das mulheres negras naquele mesmo país.

Já Lole e Almeida (2017) pontuam que o sujeito do feminismo está em constante reconfiguração. Nesse sentido, busca-se “[...] escapar da ideia de que a luta feminista necessita construir uma identidade, mulher, visto que vários sujeitos podem se identificar com as pautas políticas” (LOLE; ALMEIDA, 2017, p.54).

Tenorio (2017) situa o debate sobre a categoria feminismo no interior de sua análise acerca do governo Dilma, afirmando que as ações e programas realizados durante seu mandato foram orientadas sob os princípios de poder/empoderamento e autonomia, ligados ao feminismo liberal e contrários às premissas do feminismo socialista e democrático. Tenorio (2017) afirma ainda que, numa perspectiva de representatividade, a eleição da primeira presidente mulher na história do país, a despeito do real potencial de dar maior visibilidade às pautas feministas, não garantiu que perspectivas conservadoras fossem ultrapassadas.

Martins-Suarez e Farias (2017) apontam que, apesar de diversos avanços conquistados pelas lutas feministas, tais como melhores condições de trabalho, maior representação social, discussões abertas sobre sexualidade e direito de decisão sobre o corpo, isonomia salarial etc., a mulher ainda é alvo de discriminação e vista pela sociedade como superficial e decorativa, além de ser vítima de violência por parte dos homens. Como tática na direção da superação dessa condição as autoras propõem uma reconfiguração dos papéis socialmente desempenhados pelos sexos, através do acesso das mulheres à educação e à profissionalização e da possibilidade de conciliação de uma carreira com o casamento e a família. Nessa perspectiva, a libertação da dominação masculina residiria na independência econômica da mulher em relação ao homem e na contribuição do homem para a manutenção das tarefas domésticas. As autoras afirmam ainda que o estabelecimento da posição de igualdade entre homens e mulheres é dificultada pelas próprias mulheres quando não permitem aos seus maridos realizarem trabalho doméstico ou não incentivam seus filhos a fazê-lo.

Acerca dessas afirmações, consideramos pertinente retomar nosso posicionamento pela necessidade de superação da ordem social capitalista na luta em direção à emancipação das mulheres. É justamente pelo fato de que, a despeito dos avanços possibilitados pelas lutas feministas no interior dessa ordem social, a estrutura das relações de dominação e exploração não foi alterada, que não é possível apostar na simples independência econômica das mulheres ou na participação dos homens na execução do trabalho doméstico como expressão máxima de libertação feminina, sem que os movimentos feministas

empreendam lutas amplas pela superação do sistema capitalista, sistema esse que se beneficia do patriarcado e do racismo e os reconfigura de acordo com seus interesses para garantir a exploração da força de trabalho. Dito de outro modo, a luta feminista não deve estar orientada pela garantia de igualdade formal nos limites do capitalismo, mas pela garantia de igualdade real entre os seres humanos, possível de ser alcançada apenas a partir da destruição de toda forma de exploração e dominação, dentre elas a exploração de uma classe sobre outra.

Rocha (2016)<sup>24</sup>, além de compreender os feminismos em sua pluralidade, define o movimento feminista como um movimento social “[...] que defende um projeto político e o desenvolve por meio de ação de natureza também política, envolvendo teoria e prática, alicerçada seticamente em valores e princípios” (ROCHA, 2016, p.314). A autora ainda percebe o feminismo como ideologia ou doutrina que defende a liberdade, a igualdade e combate a assimetria, a dominação e exploração nas relações de gênero, que atingem as mulheres em sua diversidade. Afirma ainda que o feminismo se constitui como campo epistemológico, teórico e metodológico em oposição ao campo científico, que possui práticas excludentes às mulheres e outras minorias.

Diante das diferentes perspectivas feministas e embora situe sua militância no interior do feminismo socialista, Rocha (2016) defende o diálogo crítico com suas variadas vertentes numa interlocução plural e reforça a articulação entre as teorias feministas, sua ideologia e sua atuação política. A autora considera fundamental, ainda, realizar debate respeito de uma das divergências colocadas por essas diferenças, que se refere ao momento em que se encontra o feminismo brasileiro. Enquanto uma parcela das teóricas feministas classifica o período conformado a partir do início do século XXI, caracterizado pelo processo de institucionalização do movimento e sua atuação dentro do aparelho do Estado como a quarta onda do feminismo brasileiro, outra parcela das estudiosas sobre o tema considera que se trata, na realidade, da terceira onda (ou fase).

Rocha (2016) pontua que a centralidade de sua discussão não reside em definir o período como terceira ou quarta onda, já que ambas perspectivas, segundo a autora, classificam a atuação do movimento feminista no período como feminismo de governo ou feminismo estatal. E, é nesse sentido que a autora elabora suas considerações, afirmando sua preferência pelos termos feminismo no governo ou feminismo no Estado, respaldando sua posição nos estudos e debates realizados pelo Grupo de Pesquisa e Extensão sobre

---

<sup>24</sup> ROCHA, Lourdes de Maria Leitão Nunes. Feminismo, gênero e políticas públicas: desafios para fortalecer a luta pela emancipação. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 20, p.313-322, 2016.

Relações de Gênero, Étnico-Raciais, Geracional, Mulheres e Feminismos (GERAMUS)<sup>25</sup>, do qual é integrante.

A autora defende sua perspectiva feminista socialista nos seguintes termos: “a cidadania, a emancipação política das mulheres são exigências irrefutáveis, mas não bastam. É necessário ir além: inserir e fortalecer a luta feminista na perspectiva da transformação social, ter como horizonte a emancipação humana” (ROCHA, 2016, p.320).

Nascimento (2018) entende o feminismo como movimento social, mas também como ideologia que no movimento da sociedade constrói e dissemina ideias que, por sua vez, desconstruem as ideologias dominantes, coloca-se na formação de uma contra ideologia que tem como horizonte a emancipação humana. A autora identifica nos movimentos feministas quatro distintas tendências. Afirma que uma parcela expressa inclinação a aderir à ideologia burguesa, enquanto outra parte resiste a essa inclinação e uma outra ainda busca mediar a relação com o Estado. Por fim identifica uma tendência que se contrapõe radicalmente a qualquer possibilidade de concertação com o Estado, atuando tão somente na mobilização e confronto ao Estado Capitalista, concebendo-o como espaço exclusivo de respostas aos interesses da burguesia. A autora pontua que o terceiro e quarto grupos predominam no interior do movimento feminista.

A respeito do movimento feminista, Nascimento (2018) ainda afirma que se constitui, atualmente, no movimento social com maior visibilidade e poder de articulação mundial. Elaborar a crítica de que a compreensão teórica da articulação intrínseca entre patriarcado- racismo-capitalismo ainda não se traduz em ações políticas para muitos desses movimentos ou organizações.

A autora considera a categoria da consciência como vital para pensar os avanços e desafios do feminismo mundialmente e considera a consciência crítica como substrato do feminismo no enfrentamento à barbárie. Nesse sentido, indica:

Portanto, para a o feminismo, a luta é de classe e de raça/etnia. No processo de formação da consciência crítica feminista se desocultam as classes como um todo homogêneo em si, e, nesse sentido, raça/ etnia e desigualdades entre os sexos são percebidas como ideologia reproduzida também pelos homens pobres... e negros. Somente esse processo dialético de identificar as contradições, as possibilidades de unidades e os contrários no interior da própria classe torna possível a formação da consciência de si, para em um sucessivo exercício de desalienação, construir a consciência para si. Movimento semelhante realiza o

---

<sup>25</sup> o Grupo de Pesquisa e Extensão sobre Relações de Gênero, Étnico-Raciais, Geracional, Mulheres e Feminismos (GERAMUS) vincula-se ao Departamento de Serviço Social - DESES e ao Núcleo de Políticas Públicas do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - PGPP, do Centro de Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão.

feminismo na perspectiva da formação da consciência de si (a mulher individualmente) como condição para a consciência para si (mulheres coletivamente). Acredito ser este o desafio atual para o movimento feminista no enfrentamento à barbárie (NASCIMENTO, 2018, p.847).

Por seu turno, Ferreira (2018, p.776) afirma como uma das características do movimento feminista sua “[...] dimensão social e política e sua capacidade de transgredir, de trazer fatos políticos que contribuem para recompor o lugar da mulher na sociedade, elevando-a à condição de sujeito político”. A autora compreende o movimento feminista como de luta e resistência, à medida em que suas ações são de enfrentamento ao Estado e aos setores conservadores da sociedade e cita Mary Wollstonecraft e Simone de Beauvoir como precursoras do pensamento feminista mundial e da discussão acerca da representação política da mulheres e Nísia Floresta como expoente do feminismo brasileiro.

Em busca de algumas sínteses sobre as questões aqui abordadas - em relação aos movimentos feministas - podemos dizer que a assertiva que predomina nas análises consiste na compreensão das diferentes vertentes no interior do movimento feminista, com predominância da concepção de diálogo e interlocução entre essas diferentes vertentes. Quanto à história do movimento feminista as autoras apresentam duas concepções, uma que classifica a história como dividida em três fases ou ondas e outra que a divide em quatro fases.

Alguns paradoxos do movimento feminista são apresentados, dentre eles o denominado dilema da diferença, o debate de identidade e sobre a concepção universal de mulher e a relação entre as esferas pública e privada e as esferas de produção e reprodução da vida. Outro debate presente diz respeito ao movimento denominado feminismo estatal, que traz consigo considerações acerca da autonomia dos movimentos feministas em sua relação com o Estado e os órgãos internacionais. Por fim, destacamos a presença do debate acerca da relação entre a teoria marxista e os movimentos feministas.

### **3.4 Interseccionalidade versus consubstancialidade: uma tentativa de articulação entre gênero/sexo, raça/etnia e classe social**

De maneira geral, no interior do debate acerca da relação entre as categorias de gênero/sexo, raça/etnia e classe social, identificamos em autoras como Cisne (2015), Cisne e Oliveira (2017), Cisne, Castro e Oliveira (2018) e Tenorio (2017) a defesa da perspectiva de consubstancialidade-coextensividade expressa em afirmações como a de que “[...] as classes não são homogêneas, mas atravessadas ou mesmo constituídas pelas relações



sociais de sexo, raça/etnia” (CISNE, 2015, p. 143).

Cisne (2015) concebe a sociedade capitalista como uma sociedade capitalista-patriarcal-racista e medularmente desigual, num movimento de demarcar que o capitalismo se apropria das desigualdades previamente estabelecidas pelo patriarcado e pelo racismo e

[...] as conduz para a sua dinâmica de exploração sobre a força de trabalho, ampliando o contingente humano disponível para os mais baixos salários e trabalho precários e, por conseguinte, aumenta sua capacidade de exploração associada a essas apropriações (CISNE, 2015, p. 145).

Uma outra perspectiva assumida para tratar da articulação entre gênero/sexo, raça/etnia e classe social é a da interseccionalidade. Nessa direção, Rosa e Silva (2015) assumem tal perspectiva ao analisar a representação de imagens nos livros didáticos de física e constatar a não presença de figuras de homens e mulheres negros/as realizando atividades no âmbito científico.

Dionísio e Sugawara (2018) mencionam a relevância do surgimento da perspectiva interseccional juntamente com a organização do movimento feminista negro a partir da década de 80. Em concordância com esta perspectiva e a partir de análise das obras da artista brasileira Rosana Paulino realizam discussão sobre a condição da mulher negra na sociedade brasileira.

Freitas *et al.* (2018) compreendem que as mulheres e os homens fazem a sua história a partir de condições concretas e que se deve levar em conta que estas são atravessadas pelas dimensões de gênero, raça, classe social, cultura, geração, entre outras. Dentre elas, abordam especificamente a dimensão de gênero, porém enfatizam o avanço da discussão acerca das demais categorias na produção científica no período entre 1990 e 2000. As autoras destacam a interseccionalidade como importante ferramenta de análise e de luta política e, baseando-se em Lisboa (2010) constataam a dificuldade da articulação entre o Serviço Social e os estudos de gênero e os feminismos, defendendo a posição de que

[...] ao se incorporar a teoria marxiana, a profissão priorizou o enfoque de classe, desconsiderando, muitas vezes, a heterogeneidade do pensamento a partir das dimensões sócio-históricas e culturais que emergem no cotidiano das práticas, entre elas as diferenças sexuais, de identidade, de raça/etnia e de gênero (FREITAS *et al.*, 2018, p.241).

Martins (2018), por sua vez, defende as perspectivas interseccionais como uma análise capaz de captar as múltiplas dimensões das desigualdades e Rocha (2016) compreende a interseccionalidade como estratégia para a implementação de políticas públicas.

Por fim identificamos em publicações como a de Nascimento (2018) a não utilização das categorias interseccionalidade ou consubstancialidade para tratar de gênero/sexo, raça/etnia e classe social, mas a defesa da concepção de Saffioti acerca da simbiose entre capitalismo, patriarcado e racismo e a compreensão de que as desigualdades de classe, raça/etnia e sexo sustentam a acumulação capitalista desde o seu primórdio.

Ferreira (2018), por sua vez, realiza essa discussão quando se refere à sub-representação de mulheres e negros nos espaços políticos brasileiros e quando afirma que a condição de subalternização das mulheres atinge principalmente as mulheres negras e pobres.

Da mesma forma, Pessoa e Borges (2018) não adotam nenhuma das duas perspectivas supracitadas ao analisar a relação entre as categorias de gênero/sexo, raça/etnia e classe social, porém afirmam que “os determinantes das desigualdades entre os sexos podem se somar a outros fatores, como no caso das discriminações raciais ou por distribuição de renda” (PESSOA; BORGES, 2018, p.549).

Em síntese, observou-se que as categorias raça/etnia e classe social não assumem a mesma centralidade da categoria gênero na maioria das produções. Por sua vez, os autores que realizam essa articulação se dividem entre a perspectiva de consubstancialidade-coextensividade, de interseccionalidade, relacionada essencialmente ao movimento feminista negro e ao debate das políticas públicas específicas e de simbiose entre patriarcado, racismo e capitalismo. Outras produções, ainda, fazem menção às relações entre gênero, raça/etnia e classe, porém sem reivindicar nenhuma das abordagens supracitadas.

Entendemos que o debate feito com base numa “apartação” das dimensões da realidade que dizem respeito à classe, gênero, etnia e raça e construído no âmbito acadêmico, por certo, revela posicionamentos teóricos e políticos. Contudo, do ponto de vista ontológico, essas dimensões são indissociáveis, exigindo, do ponto de vista da apropriação da realidade, uma perspectiva de totalidade, na qual essas múltiplas dimensões se relacionam reciprocamente. Assim como não é possível discutir classe, desconsiderando as dimensões de gênero e raça/etnia não se pode analisar as questões relativas às relações de gênero descoladas das dimensões de classe e raça/etnia, nem realizar uma reflexão rigorosa sobre as questões étnico-raciais sem levar em conta as suas imbricações com as dimensões de classe e gênero.

### **3.5 Análise das tendências teóricas e políticas identificadas a partir dos artigos analisados**

Nossas reflexões, aqui, revelam muito da assertiva que expusemos anteriormente. Isso porque, de maneira geral, foi possível identificar que a categoria trabalho não figura como central na discussão realizada acerca de gênero e feminismo. Da mesma forma, a discussão das categorias raça/etnia e classe social em articulação com o gênero não estiveram presentes na maioria dos artigos.

A articulação entre gênero/sexo, raça/etnia e classe social, quando se apresenta, aparece através das categorias interseccionalidade, consubstancialidade, ou, ainda, sem estar relacionada a nenhuma dessas perspectivas, mas à concepção de simbiose entre patriarcado, racismo e capitalismo.

Consideramos que há certa hegemonia da concepção de que o movimento feminista não pode ser caracterizado como homogêneo, sendo necessário identificar, no seu interior, as diferentes orientações teóricas e políticas existentes. Apesar dessa concordância expressa pela maioria das autoras, identificamos duas abordagens distintas no que concerne à interpretação dessas diferentes posições no interior dos estudos de gênero e feminismo.

De um lado, existe o posicionamento de que a pluralidade de matrizes teóricas e políticas fundamenta a interlocução e aceitação de diferentes perspectivas sobre a mesma questão. Segundo essa concepção, deve-se apreender as relações de gênero e o movimento feminista a partir de diversas e, até mesmo, distintas, lentes analíticas, sem fechar-se em uma posição. Esse posicionamento acarreta na não identificação, por parte da maioria dos autores, do tipo de feminismo e da perspectiva teórica acerca das relações de gênero que assumem em suas produções.

De outro lado, evidencia-se que o pluralismo no interior do debate é salutar e necessário, existindo exatamente em decorrência das distintas concepções filosóficas acerca da realidade social e da história, porém, apesar de reconhecer que tais divergências estão postas no campo do teórico e político, reivindica-se a necessidade de estabelecer um posicionamento claro no interior dessa pluralidade. Nessa perspectiva, com a qual concordamos nesta pesquisa, entende-se que a assimilação acrítica de visões de mundo, por vezes conflitantes, não contribui para o real desvelamento da realidade que se deseja compreender e que o estudo das relações de gênero e do feminismo necessita de um posicionamento teórico e político claro se tiver por objetivo a construção de táticas de superação das condições de exploração e de dominação às quais estão submetidas as

mulheres.

Cabe destacar, ainda, que apesar da maioria dos(as) autores(as) destacarem a existência da pluralidade de perspectivas no interior do movimento feminista e dos estudos sobre as relações de gênero, poucos discorrem de forma mais aprofundada acerca dessas diferenças, nomeando os feminismos existentes.

Outra divergência localizada no processo de análise dos artigos diz respeito à utilização da categoria patriarcado. Enquanto alguns autores a utilizam em articulação com gênero, outros utilizam sexismo e machismo em detrimento de patriarcado para explicar a estrutura que conforma a condição de opressão das mulheres e há ainda a indicação de cautela no uso da categoria patriarcado por ocultar outras categorias fundamentais como classe social e raça/etnia.

No que diz respeito ao uso do conceito de gênero, identifica-se como posição majoritária entre os(as) autores(as) sua reivindicação como categoria capaz de apreender os papéis desempenhados por homens e mulheres como construções sociais. Num pólo oposto, identifica-se a posição de que essa categoria pode promover uma hierarquização entre as mulheres e, ainda, a posição de utilização da categoria relações sociais de sexo em detrimento de gênero.

A discussão sobre o capitalismo - sua estrutura e dinâmica - também não está presente na maioria das produções. Enquanto poucos autores desenvolvem sobre a relação entre a opressão de gênero/sexo e de raça/etnia com o movimento da forma social capitalista e apontam para sua superação como condição essencial da emancipação das mulheres, outros(as) autores(as) não apenas não vinculam a opressão das mulheres à estrutura da sociedade capitalista, como também concebem a emancipação das mulheres nos limites dessa mesma ordem societária, através de sua representação política e independência econômica e da reconfiguração da divisão de trabalho entre homens e mulheres no âmbito doméstico.

Outra observação diz respeito à relevância dos estudos sobre gênero e feminismo para o serviço social, discussão realizada em apenas dois dos 18 artigos analisados.

No interior da discussão sobre feminismo, localiza-se outro embate. Enquanto um dos posicionamentos defendidos preconiza a não centralidade do sujeito mulher para a luta feminista, em razão dos diferentes sujeitos que podem ser invisibilizados por tal centralidade, de outro lado existe a posição, com a qual concordamos, de que essa deve ser a centralidade dos estudos de gênero e das pautas do movimento feminista justamente porque a centralidade das relações de gênero foi historicamente construída em torno das

categorias homem e mulher. É a realidade que indica que esta perspectiva é adequada e sua mera negação no campo teórico não produz mudança na realidade. Tal posicionamento considera, ainda, que a centralidade no sujeito mulher não automaticamente invisibiliza outros sujeitos, com distintas identidades de gênero.

Observou-se, ainda, que de maneira geral a discussão teórica sobre as categorias gênero e patriarcado não figura como central nos artigos analisados, mas visando fornecer subsídio para discussões acerca de outros temas como a violência contra a mulher, o feminicídio, as políticas públicas e sociais e o Estado. Para este fim são discutidas outras categorias como maternidade, feminilização da pobreza, familização, autonomia, poder, empoderamento, representatividade, ideologia, família, consciência, alienação e democracia.

Por fim, outro embate que aparece diz respeito à utilização do materialismo histórico dialético como perspectiva teórico metodológica para análise das relações de gênero. Enquanto um campo afirma que a incorporação do marxismo acarreta no privilegiamento da categoria classe social em detrimento de outras como raça/etnia, sexualidade e identidade, outro campo, com o qual concordamos, posiciona-se em defesa da utilização do método para o estudo das relações de gênero, não com uma orientação dogmática (o que já se afasta da própria perspectiva teórico-metodológica proposta por Marx), mas na perspectiva de apreensão da realidade social em sua totalidade, levando em conta também suas singularidades.

Nesse sentido, pensamos que o método crítico-dialético se apresenta como um importante instrumento para a apreensão da realidade social. E, sendo assim, também em relação às questões de gênero e feministas é essa perspectiva que permite compreender suas conexões com as múltiplas determinações da realidade. Nesse diapasão, defendemos que as lutas parciais não excluem (ou não devem fazê-lo) outras dimensões constitutivas do ser social. É preciso, portanto, combater a falácia de que o debate de classe anula as dimensões de gênero e raça/etnia. Esse discurso reforça a reivindicação de uma “pseudociência” que se arvora da neutralidade e da imparcialidade na produção do conhecimento exatamente para encobrir as contradições da sociedade regida pela propriedade privada e pela apropriação do valor produzido por meio da exploração da força de trabalho.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O serviço social brasileiro surge nos marcos da divisão social e técnica do trabalho e, ainda, no interior da divisão sexual do trabalho se configura como uma profissão feminina. As relações estruturais de gênero/sexo, raça/etnia e classe social caracterizam a população majoritariamente atendida pelo serviço social como feminina, trabalhadora e negra. Além disso, a intervenção profissional dos(as) assistentes sociais carrega a potencialidade de intervir na dinâmica da reprodução das relações sociais e da própria força de trabalho, portanto, a compreensão filosófica de mundo e o posicionamento político dos(as) assistentes sociais acerca da realidade acarretam na orientação imprimida ao exercício profissional. É nesse sentido que afirmamos a relevância e necessidade do estudo das relações de gênero e do feminismo para a formação em serviço social.

Além de compreender a temática como fundamental no processo de formação dos(as) assistentes sociais, defendemos, neste trabalho, que uma orientação teórico-metodológica e ético-política clara seja imprimida a esse processo. Para tanto, elencamos as categorias que julgamos centrais para o estudo da temática acerca das relações de gênero e do feminismo numa perspectiva crítica, a saber: gênero/sexo e patriarcado, feminismo, trabalho e a articulação entre gênero/sexo, raça/etnia e classe social.

Identificamos que tal debate tem ganhado destaque na categoria a partir da criação, no ano de 2010, do Grupo Temático de Pesquisa sobre gênero, raça/etnia, geração e sexualidade. Destacamos, nesse ínterim, a deliberação pela Abepss, no ano de 2014, pela inclusão de pelo menos um componente curricular obrigatório que aborde a temática nos currículos dos cursos de serviço social do Brasil. Tal deliberação resultou do acúmulo propiciado pelas discussões levantadas pelo GTP.

De acordo com o movimento efetuado pela categoria profissional na direção da ampliação do debate acerca das relações de gênero, raça/etnia, geração e sexualidade é que elaboramos esta pesquisa com intuito de contribuir para o mapeamento acerca do conteúdo que a categoria vem discutindo no que concerne ao recorte de gênero e feminismo. A partir da análise dos artigos publicados nos periódicos vinculados a programas de pós-graduação em serviço social, política social e políticas públicas de todo o país, no período compreendido entre 2015 a 2018, algumas considerações puderam ser tecidas.

Num comparativo entre os anos de 2015 e 2018, as publicações acerca de gênero e feminismo cresceram em 140%. Apesar desse crescimento, as publicações ficaram concentradas nas regionais Leste, Sul I e Norte da Abepss e nesse quadriênio não foram

identificadas nenhuma produção acerca da temática nas regionais Nordeste, Sul II e Centro-oeste, o que expressa que o debate não tem sido estabelecido de maneira homogênea regionalmente. Cabe destacar, ainda, que, num comparativo com o montante de publicações indexadas apenas sob o descritor gênero, as produções que combinam gênero e feminismo ainda são insuficientes. Nesse sentido, apontamos para a necessidade de ampliação da discussão das relações de gênero em articulação com o debate sobre feminismo na produção científica dos(as) assistentes sociais.

No que diz respeito às categorias que elencamos como centrais para o debate, a análise do conteúdo dos artigos selecionados permitiu observar que as categorias trabalho e a articulação entre gênero/sexo, raça/etnia e classe social (seja ela sob a concepção de interseccionalidade, consubstancialidade-coextensividade ou simbiose) não são tomadas como centrais para o debate, aparecendo em poucas publicações. Poucas também são as produções que utilizam a categoria gênero e patriarcado de maneira articulada, prevalecendo a redução de uma categoria à outra. Já o debate sobre feminismo é realizado, majoritariamente, destacando-se que existem, no seu interior, diferentes vertentes teóricas e políticas, porém a maioria dos(as) autores(as) não realiza defesa explícita da matriz teórica considerada mais adequada para o estudo das relações de gênero nem da vertente feminista capaz de desenvolver táticas de superação da condição de dominação e exploração das mulheres, restringindo-se a afirmações acerca da necessidade de interlocução e diálogo entre as diferentes perspectivas existentes.

É nesse âmbito que julgamos importante reforçar nosso posicionamento em defesa do método materialista histórico-dialético como aquele capaz de apreender a real dinâmica das relações de gênero e o feminismo socialista como tática em direção à estratégia não só da emancipação das mulheres, como também de todos os seres humanos. Além de socialista, defendemos uma perspectiva feminista antirracista, compreendendo que somente através da superação da dominação e exploração de gênero/sexo, raça/etnia e classe social é que as relações humanas poderão se estabelecer de forma igualitária e livre.

Reconhecendo os limites desta pesquisa, apontamos a necessidade da continuidade do estudo acerca dos posicionamentos que vêm sendo expressos no interior da categoria profissional, com vistas ao fortalecimento do projeto ético-político do serviço social e à formação crítica dos assistentes sociais brasileiros.

## REFERÊNCIAS

- ABEPSS. **Relatório do grupo temático de pesquisa serviço social, relações de exploração/opressão de gênero, raça/etnia, geração e sexualidades**. Brasília: Abepss, [2017?]. 10 p. Disponível em: <http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/relatorio-gtp-opressoes-gestao-20152016-201810081124017720780.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2019.
- ABEPSS. **Relatório e planejamento: grupo temático de pesquisa serviço social, relações de exploração/opressão de gênero, raça/etnia, geração, sexualidades**. Brasília: Abepss, [2015?]. [21] p. Disponível em: <http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/gtp-genero-relatorio-gtp-2015-ultima-versao-201808221711312603580.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2019.
- ABEPSS. **Subsídios Para o Debate Sobre a Questão Étnico-racial na Formação em Serviço Social**. Vitória: Abepss, 2018. 24p. Disponível em: [http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/subsidio\\_debate\\_uestao\\_etnico\\_servico\\_social-201812041419427146430.pdf](http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/subsidio_debate_uestao_etnico_servico_social-201812041419427146430.pdf). Acesso em: 13 jun. 2019.
- AKOTIRENE, Carla. Vamos pensar direito: interseccionalidade e as mulheres negras. *In*: AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade?**. Belo Horizonte: Letramento, 2018. p.51-68.
- ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%**: um Manifesto. Tradução Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo. 2019. 128 p.
- BARROSO, Milena Fernandes. Notas para o debate das relações de exploração-opressão na sociedade patriarcal-racista-capitalista. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 133, p. 446-462, dez. 2018. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-66282018000300446&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282018000300446&lng=en&nrm=iso). Acesso em 13 jun. 2019.
- CAPES. **Relatório da Avaliação Quadrienal 2017: Serviço Social**. Brasília: Capes, 2017. 72 p. Disponível em: [http://avaliacaoquadrienal.capes.gov.br/resultado-da-avaliacao-quadrienal-2017-2/Servico%20Social\\_relatorio%20de%20avaliacao%20quadrienal%202017\\_final.pdf?atredirects=0&d=1](http://avaliacaoquadrienal.capes.gov.br/resultado-da-avaliacao-quadrienal-2017-2/Servico%20Social_relatorio%20de%20avaliacao%20quadrienal%202017_final.pdf?atredirects=0&d=1). Acesso em: 13 jun. 2019.
- CFESS. **Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão**. 10. ed. Brasília: Cfess, 2012. 60 p. Disponível em: [http://cfess.org.br/arquivos/CEP\\_CFESS-SITE.pdf](http://cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf). Acesso em: 13 jun. 2019.
- CFESS. **Resolução nº 594/2011, de 21 de janeiro de 2011**. Altera o Código de Ética do Assistente Social, introduzindo aperfeiçoamentos formais, gramaticais e conceituais em seu texto e garantindo a linguagem de gênero. [Brasília]: CFESS, 2011. 2 p. Disponível em: <http://cfess.org.br/arquivos/Res594.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2019.



CISNE, Mirla. Direitos Humanos e Violência Contra as Mulheres: Uma Luta Contra a Sociedade Patriarcal-Racista-Capitalista. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 18, n. 1, p.138-154, jul./dez. 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.5433/1679-4842.2015v18n1p138>. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/23588>. Acesso em: 13 jun. 2019.

CISNE, Mirla. **Feminismo e consciência de classe no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2014. 276 p.

CISNE, Mirla. Por um feminismo antirracista e anticapitalista: o debate entre interseccionalidade e consubstancialidade-coextensividade das relações sociais de sexo, raça/etnia e classe. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO 11 & 13TH WOMEN'S WORLDS CONGRESS, 11., 2017, Florianópolis. **Anais [...]** Florianópolis: [s. n.], 2017. p. 1-7. Disponível em: [http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499477389\\_ARQUIVO\\_Fazendogenero13.pdf](http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499477389_ARQUIVO_Fazendogenero13.pdf). Acesso em: 13 jun. 2019.

CISNE, Mirla; CASTRO, Viviane Vaz; OLIVEIRA, Giulia Maria Jenelle Cavalcante de. Aborto Inseguro: Um Retrato Patriarcal e Racializado da Pobreza das Mulheres. **Katálysis**, Florianópolis, v. 21, n. 3, p.452-470, set./dez. 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-02592018v21n3p452>. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/1982-02592018v21n3p452>. Acesso em: 13 jun. 2019.

CISNE, Mirla; OLIVEIRA, Giulia Maria Jenelle Cavalcante de. Violência Contra a Mulher e a Lei Maria da Penha: Desafios na Sociedade Patriarcal-Racista-Capitalista do Estado Brasileiro. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 20, n. 1, p.77-96, jul./dez. 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.5433/1679-4842.2017v20n1p77>. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/32465>. Acesso em: 13 jun. 2019.

CRENSHAW, Kimberlé. Mapping the margins: intersectionality, identity politics and violence against women of color. **Stanford Law Review**, [s. l.], v. 43, n. 6, p.1241-1299, jul. 1991.

DIONÍSIO, Gustavo; SUGAWARA, Gisele. Rosana Paulino: arte, crítica, subjetividade. **Gênero**, Niterói, v. 19, n. 1, p.148-167 jul./dez. 2018. Disponível em: <http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/view/1193>. Acesso em: 13 jun. 2019.

ESPASANDÍN, María Cecilia. Articulaciones entre marxismo y feminismo: ayer y hoy. **Katálysis**, Florianópolis, v. 31, n. 3, p.584-593, set./dez. 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-02592018v21n3p584>. Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/1982-02592018v21n3p584>. Acesso em: 13 jun. 2019.

FERREIRA, Maria Mary. Sub-representação das mulheres no Brasil: um debate sob a ótica do feminismo. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 22, p.775-792, 2018. Número especial da VIII Joinpp. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/9814/5768>. Acesso em: 13 jun. 2019.

FREITAS, Rita et al. História do Serviço Social: resgatando uma história de mulheres. **Revista Em pauta**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 42, p.228-246, jul./dez. 2018. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/39427>. Acesso em 13 jun. 2019.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo. 4 edição. Editora Atlas, 2002. 175 p.

HARTMANN, Heidi I. The Unhappy Marriage of Marxism and Feminism: Towards a more Progressive Union. **Capital & Class**, [s.l.], v. 3, n. 2, p.1-33, jul. 1979.

KERGOAT, Danièle. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. **Novos estudos - CEBRAP**, São Paulo, n. 86, p.93-103, mar. 2010. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-33002010000100005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002010000100005&lng=en&nrm=iso). Acesso em 13 jun. 2019.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena Sumiko *et al.* (org.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Unesp, 2009. p. 67-75

LOLE, Ana; ALMEIDA, Carla Cristina Lima de. Políticas para Mulheres e Lutas Feministas: os paradoxos da proteção social. **Argumentum**, Vitória, v. 9, n. 1, p.46-60, jan./abr. 2017. DOI: <https://doi.org/10.18315/argum..v9i1.13712>. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/13712>. Acesso em: 13 jun. 2019.

LUKÁCS, Gyorgy. **Para uma Ontologia do Ser Social II**. São Paulo: Boitempo, 2013. 856 p.

MACHADO, Bárbara Araújo. Interseccionalidade, consubstancialidade e marxismo: debates teóricos e políticos. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL MARX E O MARXISMO 2017, 3., 2017, Niterói. **Anais [...]** Niterói: [s. n.], 2017. p. 1-19. Disponível em: <http://www.niepmarx.blog.br/MManteriores/MM2017/anais2017/MC18/mc181.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2019.

MARTINS, Barby de Bittencourt. Mundo do trabalho, gênero e políticas públicas: o papel

do feminismo estatal nessa relação. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 20, n. 2, p.1121-1138, jul./dez. 2018. Disponível em:  
<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/10582/6212>. Acesso em: 13 jun. 2019.

MARTINS-SUAREZ, Fernanda Chiozzini; FARIAS, Rita de Cássia Pereira. Construções de gênero na década de 1950: conformismo e subversidade. **Gênero**, Niterói, v. 17, n. 2, p.151-167 jan./jun. 2017. Disponível em:  
<http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/view/945>. Acesso em: 13 jun. 2019.

MÉSZÁROS, István. The Uncontrollability of Globalizing Capital—Intro to Beyond Capital. **Monthly Review**, [s.l.], v. 49, n. 9, p.27-39, 3 fev. 1998.

MOURA, Clóvis. **Brasil: raízes do protesto negro**. São Paulo: Global, 1983. 173 p.

NASCIMENTO, Lissa Crisnara Silva do. Feminismo e Autonomia: Organização Feminista em Natal / RN. **Argumentum**, Vitória, v. 7, n. 1, p.152-166, jan./jun. 2015. Disponível em:  
<http://www.periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/9033>. Acesso em: 13 jun. 2019.

NASCIMENTO, Silvane Magali Vale. Feminismo em tempos de barbárie: as mulheres e o desafio na reinvenção da organização política. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 22, p.831-849, 2018. Número especial da VIII Joinpp. Disponível em:  
<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/9818/5772>. Acesso em: 13 jun. 2019.

PESSOA, Mayara Lustosa Silva; BORGES, Josefa Lusitânia de Jesus. Questões e Tensões: Alguns Paradoxos do Feminismo. **Katálysis**, Florianópolis, v. 21, n. 3, p.544-553, set./dez. 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-02592018v21n3p544>. Disponível em:  
<https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/1982-02592018v21n3p544>. Acesso em: 13 jun. 2019.

ROCHA, Lourdes de Maria Leitão Nunes. Feminismo, gênero e políticas públicas: desafios para fortalecer a luta pela emancipação. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 20, p.313-322, 2016. Número especial da VII Joinpp. Disponível em:  
<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/5982/3616>. Acesso em: 13 jun. 2019.

ROSA, Katemari; SILVA, Maria Ruthe Gomes da. Feminismos e ensino de ciências: análise de imagens de livros didáticos de Física. **Gênero**, Niterói, v. 16, n. 1, p.83-104 jul./dez. 2015. Disponível em:  
<http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/view/747>. Acesso em: 13 jun. 2019.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência**. 1. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. 151 p. (Coleção Brasil Urgente).

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **O Poder do Macho**. 1. ed. São Paulo: Moderna, 1987. 120 p.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Ontogênese e Filogênese do Gênero**. 2009. Disponível em: [http://flacso.redelivre.org.br/files/2015/03/Heleieth\\_Saffioti.pdf](http://flacso.redelivre.org.br/files/2015/03/Heleieth_Saffioti.pdf). Acesso em: 13 jun. 2019.

SOUZA, Suzanny Mara Jobim de. O feminicídio e a Legislação Brasileira. **Katálisis**, Florianópolis, v. 31, n. 3, p.534-543, set./dez. 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-02592018v21n3p534>. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/1982-02592018v21n3p534>. Acesso em: 13 jun. 2019.

SOUZA, Vanessa Bezerra de; VELOSO, Renato dos Santos. **Gênero e Serviço Social: desafios a uma abordagem crítica**. São Paulo: Saraiva, 2015. 240 p. (Coleção serviço social)

TENORIO, Emilly Marques. O “protagonismo” das mulheres nas políticas e programas sociais nos governos Dilma. **Argumentum**, Vitória, v. 9, n. 1, p.61-74, jan./abr. 2017. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/13670>. Acesso em: 13 jun.2019.

VIEIRA, Camilla Araújo Lopes; ÁVILA, Alana Aragão. Um olhar sobre o fenômeno da maternidade naturalista: refletindo sobre o processo de maternagem. **Gênero**, Niterói, v. 18, n. 2, p.26-47 jan./jun. 2018. Disponível em: <http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/view/1141>. Acesso em: 13 jun. 2019.